

José Luiz Pereira da Costa

Quem primeiro me falou sobre João Cândido (1880, Rio Pardo, RS – 1969, Rio de Janeiro), foi o deputado Carlos Santos, que era natural do município de Rio Grande, o principal porto deste estado. Sindicalista-operário e depois parlamentar, desde jovem espreitou a *Marinha do Brasil* com o olhar desconfiado que esta instituição pátria merecia àquele tempo. Viu-se estreitar o vínculo quando o filho primogênito, Carlos Marcelino¹, querendo seguir o exemplo de um bem sucedido tio da *Marinha Mercante*, rebeldemente entrou na *Marinha de Guerra*, já sem chibata, mas ainda como o estigma elitista. Afinal, a *Marinha do Brasil* acolhia, como oficiais, jovens vindos das “*classes nobres, dos senhores rurais, ou da burguesia urbana, os integrantes dos quadros inferiores eram apanhados à força para preencher os vazios deixados pelo voluntariado*”(EMF). Carlos Santos, em iniciativas parlamentares, viria, adiante, reverenciar e ajudar a redimir a memória de quem gostava de chamar de “Almirante Negro”. E foi lembrado por João Cândido em seu derradeiro depoimento, feito ao Museu da Imagem e do Som, aqui registrado, adiante.

¹ - Possível homenagem ao marinheiro Marcelino Rodrigues, cuja punição com 250 chibatadas, precipitou o lançamento do movimento.

Em fins dos anos 1950, era publicada “*A Revolta da Chibata*”, do jornalista Edmar Morel² (1912-1988), um dos ícones do jornal em que eu também trabalhava, a “*Última Hora*”.

Resolvi incluir aqui, no *Projeto Cultural*, o prefácio da 3ª Edição de seu livro (que vim a comprar, novamente, faz agora uns 20 anos, num sebo de Curitiba), de autoria de Evaristo de Moraes Filho (1933-1997). Isto por que na releitura que agora fiz de “*A Revolta da Chibata*”³, nestes tempos de discussão acirrada sobre as cotas para alunos afro-descendentes, dois de seu conjunto de pensamentos os achei muito adequados ao tema. O primeiro:

“Conheço as reais intenções do nobre ministro, e ao mesmo tempo estou certo das dificuldades que se apresentariam se se efetuasse rápida e instantaneamente a passagem de um para o outro sistema penal. Mas não será possível acabar gradualmente com esses castigos lamentáveis e vergonhosos? Acredito que o nobre ministro consultará a tal respeito os homens experimentados, e averiguará com todo o cuidado se será possível ir pouco a pouco minorando esse regime penal, até que de todo desapareça essa tradição funesta dos anais do nosso governo” (refletindo sobre discurso do deputado Tavares Bastos).

E adiante:

Não sabemos se profético – e neste país é fácil ser profeta, pois os problemas não se resolvem e se eternizam, – o fato é que as críticas e as opiniões de Tavares Bastos eram ainda perfeitamente válidas no ano da revolta.

O segundo:

² Edmar Morel

Prêmio "João do Rio", de 1954, instituído para a melhor reportagem, pela antiga Prefeitura do Distrito Federal. Jornalista brasileiro de fama internacional. Biógrafo de Gago Coutinho, o aviador português que conquistou o Atlântico pelos céus, em 1922; Padre Cícero Romão Batista, o Santo do Juazeiro; Cel. Percy H. Fawcett, chefe da expedição inglesa desaparecida nas selvas do Brasil, em 1926; Jangadeiro Francisco José do Nascimento, "Dragão do Mar", que libertou os escravos do Ceará, num movimento popular em 1884; autor de "Moscou, Ida e Volta", relato de uma viagem à União Soviética, em 1952.

Em 1960 escreveu "A Revolta da Chibata", que é o único relato da rebelião dos marinheiros em 1910, sob o comando do marujo João Cândido para acabar com os castigos corporais na Marinha. Por causa deste livro teve os seus direitos políticos cassados em 1964.

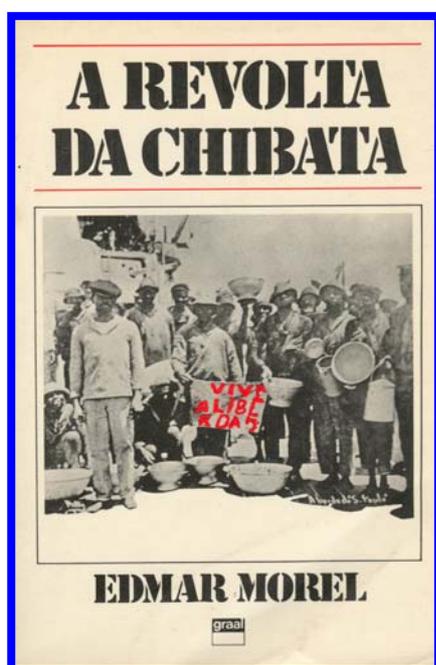
Depois escreveu "Vendaval da Liberdade", a história da luta do povo contra a escravatura.

E, por fim, "O Golpe Começou em Washington", em 1965, um libelo contra a ditadura que se implantou no país. Lançou, também, uma biografia de Santos-Dumont.

Tem, ainda, o "Prêmio Gustavo de Lacerda", ganho como o melhor trabalho da luta da A.B.I. em defesa da liberdade de imprensa. E, finalmente, o "Prêmio Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos", concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, em outubro de 1979, pela reportagem "A Tenebrosa Missão do Para-Sar", publicada na Tribuna da Imprensa.

³ “*A Revolta da Chibata*”, de Edmar Morel, está disponível em vários sites de vendas de livros pela Internet, basta usar um buscador e por o nome do livro.

“Por esses extravasamentos de qualificativos, quase sensuais, bem se compreende que os dois extremos da tripulação - de um lado, oficiais finos, fidalgos, elegantes, brancos; e de outro, a maruja ignorante, pobre, sem modos, negra ou mestiça - jamais se pudesse acomodar no mesmo barco, exemplo de uma instituição social total, fechada e independente como unidade. Próximos fisicamente no tombadilho do navio, mas tão distantes socialmente uns dos outros que mal se podiam reconhecer como membros da mesma equipagem”.



PREFÁCIO

3ª Edição

Evaristo de Moraes Filho

1. Esta obra de Edmar Morel nasceu clássica; veio para ficar. Depois dela ninguém mais se venturou, em livro, a tratar do mesmo assunto. Passou a ser consultada e citada abundantemente, evitando pesquisas desnecessárias, já que o essencial encontra-se nela exposto. Muita coisa mais poderia ter sido trazida para o seu bojo, tornando-a enxundiosa e prolixa, sem que lhe enriquecesse o conteúdo. O essencial aqui está, bem selecionado, bem ordenado, sem paixão nem facciosismo. Aparecida em primeira edição em 1960, logo se esgotou, tal era a sede do público pelos fatos, mal sabidos, atinentes à revolta dos marinheiros de 1910. Sua elaboração levou dez anos de pesquisas, de leituras de buscas, de entrevistas, inclusive com João Cândido, personagem central da rebelião. Alguns documentos inéditos foram descobertos e obtidos. Todas as resistências foram vencidas, ameaças superadas, até que Morel sentiu que havia chegado a hora do

parto. Reexaminou tudo o que havia feito, tudo o que havia escrito, e resolveu dar a última repassagem com o próprio João Cândido já disposto a publicar o ensaio, arrostando com todas as conseqüências que lhe pudessem advir. Este livro não deve ser estranho à sua cassação e dispensa compulsória e a sua 2a.edição sedera em 1963, menos de um ano de 31 de março de 1964.

2. Sempre foi crucial o problema das forças armadas entre nós, em todos os tempos, desde o Brasil colônia. Para ficar só no Império, grande era a distância social entre os oficiais e as praça propriamente ditas. Enquanto os oficiais, principalmente na marinha, vinham de classes nobres, dos senhores rurais ou da burguesia urbana, os integrantes dos quadros inferiores eram apanhados à força para preencher os vazios deixados pelo voluntariado. No Império destacara-se mais a marinha pelos fastos conquistados na Guerra do Paraguai, situação que se vai inverter com a República, feita pelo exército. A revolta da esquadra de 1893 veio provar e comprovar o que se suspeitava ou se sabia: a marinha havia-se transformado no último reduto dos monarquistas. Vencida e praticamente destruída por Floriano, somente de 1902 em diante é que se começa a cuidar da sua renovação. Alexandrino de Alencar lança o lema "Rumo ao mar!". É aprovado o plano de 1904, logo alterado em 1906, pelo qual se vê o Brasil de posse de uma possante esquadra. Coincidia essa nova política marítima com as idéias de modernização e de fortalecimento das forças armadas brasileiras sustentadas pelo Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores.

Com a chegada dos grandes encouraçados e cruzadores - sendo que os dois maiores em 1908, - estava cumprida a tarefa quanto ao material: novo, reluzente, com grande poder de fogo, mas que dizer do pessoal? A marinha continuava elitista, indo buscar os seus oficiais nas camadas elevadas da sociedade, imbuídos quase sempre de inequívoco espírito conservador, em comparação com o exército, mais 'próximo do povo, recrutados os oficiais na classe média. Esse problema, como dissemos, já vinha de longe. Não havia pessoal bastante para preencher totalmente as tripulações, permanecendo os vazios que exigiam redobrado esforço da equipagem efetiva. Pelo próprio recrutamento dos marinheiros e inferiores, vinha para bordo o rebotalho dos centros urbanos, o lumpem mais desprezível, sem preparo de espécie alguma. Ex-escravos ou filhos de escravos, constituía-se a tripulação, na sua imensa maioria, de negros e mulatos escuros. Confundiam-se os dois estratos mais ínfimos, da sociedade e da marinha, sem que houvesse grandes esperanças de elevação em ambas as estratificações.

3. Tendo trabalho na Secretaria da Marinha, muito se interessou Tavares Bastos pelos assuntos da sua Secretaria, proferindo vários discursos na Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo que interpelava os ministros do Império. As acusações que ele fazia ao nosso despreparo, ao nosso atraso, ao descompasso existente entre o material e o pessoal, parecem feitas para 1910. Os problemas são os mesmos, as queixas são idênticas, inclusive - e notadamente - no que diz respeito aos castigos corporais, humilhantes e bárbaros.

Em discurso de 3 de junho de 1862, no qual aponta numerosos casos de afilhadagem de oficiais na marinha, com boas comissões e regalos de toda espécie, diz o alagoano: "Tratemos agora dos marinheiros. Antes de tudo há um aviso, o de 11 de abril deste ano, que declara ao presidente da província de Mato Grosso que, de

cada cinco recrutas que entrarem para a companhia de imperiais marinheiros, só se se baixa a uma praça que tenha acabado seu tempo de serviço. É admirável que o ministro profissional não descobrisse o meio de preencher as fileiras dos corpos da armada sem cometer injustiças, como essa, contra miseráveis marinheiros que, depois de 20 e mais anos de serviço, não podem obter suas baixas sem que se apresentem cinco recrutas! Isto é detestável."

Um deputado dá o aparte - "É indispensável", do que se aproveita Tavares Bastos para prosseguir: "Indispensável! Eu desejaria saber se, ao contrário, cumprindo o governo religiosamente a sua palavra, concedendo baixa a cada marinheiro logo que expirasse o prazo de seu engajamento, não se tornaria mais fácil o preenchimento das fileiras, se desse modo não inspiraria o serviço militar menos terror? Ainda mais, quando os nossos navios estragam-se e apodrecem, e outros têm ido à costa, parece muito oportuno tratar de diminuir um pessoal com que não se pode contar com segurança, porque o marinheiro que passa 20 anos em serviço contínuo e não pode conseguir a baixa, deserta no primeiro ensejo:

Foi na administração última que se agravou a sorte de muitos infelizes marinheiros sujeitos irregularmente ao serviço de camaradas. Esses camaradas são verdadeiros criados; todos os gêneros de trabalhos, ainda o mais ínfimo, pesam sobre eles, e nenhuma medida, nem sequer dessas ordens de palavrões que se expedem todos os dias, publicou-se a tal respeito para condenar esse abuso. Se o atual Sr. ministro quisesse indagar, acharia, no assunto de que estou tratando, muita providência que dar. Falo dos remadores dos diferentes escaleres dos navios e de algumas repartições do arsenal. Em todo tempo, e até no decurso do verão, é duro ver alguns chefes ou comandantes, aliás pessoas muito respeitáveis e oficiais distintos, obrigarem, por sua comodidade, os remadores a transportá-los diariamente de um para o outro lado da bala deste porto, em que aliás se cruzam as barcas a vapor".

Tratava-se de um "abuso", repete, que precisava terminar mediante medidas enérgicas. Quase ao fim do discurso, acrescenta: "Uma vez que me dirijo ao nobre ministro da marinha peço a S. Exa. licença para oferecer algumas questões acerca de diversos pontos. Eu desejaria ouvir a S. Exa. a respeito da modificação do regime penal dos navios de guerra. Refiro-me particularmente ao emprego dos castigos corporais.

Conheço as retas intenções do nobre ministro, e ao mesmo tempo estou certo das dificuldades que se apresentariam se se efetuasse rápida e instantaneamente a passagem

de um para outro sistema penal. Mas não será possível acabar gradualmente com esses castigos lamentáveis e vergonhosos? Acredito que o nobre ministro consultará a tal respeito os homens experimentados, e averiguará com todo o cuidado se sera possível ir pouco a pouco minorando esse regime penal, até que de todo desapareça essa tradição funesta dos anais do nosso governo".

Preocupado, voltava ao assunto em novo discurso, de 14 de julho, como se estivesse falando em 1910: "A redução do número dos navios tem um efeito imediato sobre a do pessoal. Uma das grandes dificuldades com que luta e por muito tempo ainda há de lutar a administração da marinha, é a de ter um pessoal bastante, marinagem, artilheiros, e mesmo oficiais de patentes inferiores.

Realmente, em um país onde não há indústria propriamente marítima, onde não se exerce a pesca em

*larga escala, onde a mesma população das maiores cidades não é inclinada à vida do mar, sem dúvida haveria sempre dificuldade em completar os quadros da marinha de guerra. E, com efeito, 3.500 praças que existem hoje, 3.900 ou mais de 4.000 que já existiam, não se conseguiam sem muito vexame. Um pequeno número de navios, porém, tem esta vantagem: acaba com a dificuldade que atualmente se dá de preencher o quadro do pessoal, dispensando uma parte dele; e; por **outro** lado, sendo aquele número menor, o pessoal chegará para completar o estado efetivo de cada vaso da esquadra.*

A Câmara sabe que muitos dos navios da nossa armada não têm, não só as praças que lhes marca a sua lotação oficial, mas sobretudo todas as que exigem as necessidades reais do serviço de bordo. Dessa deficiência resultam a indisciplina, a impraticabilidade de exercícios constantes, o atropelo, o afrouxamento das regras, etc. Dá-se então o mesmo que sucede nos corpos do exército. Por isso a redução do número dos navios armados teria a primeira vantagem inestimável de preencher os quadros". Aconselhava Tavares Bastos, "não um aumento mais na despesa pública, mas uma reforma no material e no pessoal".

Não sabemos se profético - e neste país é fácil ser profeta, pois os problemas não se resolvem e se eternizam, - o fato é que as críticas e as opiniões de Tavares Bastos eram ainda perfeitamente válidas no ano da revolta. Aumentou-se em muito o material, com o pessoal defasado em quantidade e qualidade; o recrutamento continuou o mesmo, assim como os castigos infamantes, o trabalho excessivo, os abusos dos camaradas, a má alimentação, tudo enfim. Em 1888, para 64 marinheiros voluntários, 431 vinham da Escola de Aprendizes, enquanto 511 recrutados à força, não raro, à porta dos xadrezes; do total, 360 desertaram. Em 1900 houve somente 7 voluntários. Quanto aos efetivos de oficiais, em 1909, para 728 previstos na marinha, existiam 570, com um deficit de 158, estabelecendo uma relação oficial/praça de 1 para 10.

A fermentação da revolta vinha de longe. E Rui, que Morel mostra haver assinado, como membro do Governo Provisório, a volta dos castigos físicos em 1890, depois do próprio Governo os haver abolido em fins de 1889, pois bem, Rui não se descarta do tema, para ele da maior importância, reservando-lhe lugar próprio na Plataforma de 15 de janeiro de 1910, lida na Bahia. Dizia ele: "As nossas reorganizações do que se têm preocupado, é, tão somente, dos quadros da oficialidade. Todas elas esquecem o soldado, célula e matéria plástica do organismo militar. Ora, o soldado, entre nós, há mister de três benefícios urgentes: 1P) a escola; 2P) a cultura moral; 3P) o aumento do soldo". Aconselha fazer ao soldado e ao marinheiro "a justiça até hoje, não usada para com eles, de os remunerar com alguma equidade". Apontava, entre as causas da disciplina, "desenvolvimento da instrução militar e do ensino cívico nas classes armadas, especialmente nas suas camadas inferiores e com particular esmero no soldado, cuja cultura intelectual e moral constitui a base de toda a organização capaz das forças de mar e terra, num país civilizado".

4. Tudo que Tavares Bastos denunciara em 1862 se mantinha ainda em vigor na marinha de 1910, sob outro regime político e em outro século: elitismo dos oficiais, grande distância social entre eles e os marinheiros, má alimentação, soldo insuficiente, castigos corporais e permissão de baixa somente depois de quinze anos da

incorporação. Daí as deserções e as constantes indisciplinas. Na proclamação ao Ministro da Marinha diziam os marinheiros revoltados: "Por isto pedimos a V. Exa. abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade, a fim dê que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos, e não uma fazenda de escravos, que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados".

E o ridículo do elitismo a que nos referimos, neste trecho de Dantas Barreto, Ministro da Guerra, à época, lamentando a destruição da residência .do comandante do Batalhão Naval, quando da rebelião da ilha das Cobras, sem olhos para maiores desgraças humanas e materiais: "A casa do comandante Marques da Rocha, um primor de arte nos seus arranjos e decorações interiores, onde aos domingos aquele oficial levava homens da mais elevada categoria social do Brasil para almoços ou jantares especiais, estava como as outras construções da ilha, toda crivada de balas, com as paredes esboroadas, pinturas e quadros inutilizados por completo". -

É realmente um "primor" este trecho, quase efeminado, do general, que tomara posse na Academia Brasileira de Letras em 7 de janeiro de 1911, bem em cima dos acontecimentos que descreve Morel neste livro. Não há dúvida, as elites se entendem...

Gastão Penalva, escritor e antigo oficial da marinha, dedica umas poucas páginas sobre o uso da chibata na marinha brasileira. Segundo ele, "o castigo aviltante" vinha dos tempos da escravidão, "a única correção possível de que pudera lançar mão um comandante em mar alto. Representava, desgraçadamente, uma aberrante tradição da classe. E os próprios grandes chefes, mentores sublimados das passadas e prestimosas esquadras, que deviam ter influído para o seu extermínio, propondo ou realizando a acurada seleção dos quadros - os Angra, os Ivinheima, os Saldanha, os Vandenkolk - eram os primeiros a mantê-la em seu comandos, a protegê-la como único recurso, a propalá-la como legítima defesa. Saldanha, sobretudo, foi um temível chibateiro. Educado e fidalgo, originário do mais precioso estofa marinho - descendente dos Gama -filho dileto dos mais limpos armoriais do reino, impunha no seu navio a deplorável usança como torpe relíquia a conservar-se nos obscuros museus do crime."

Lembra que a cena do suplício, por chibata, em *O Bom Crioulo*, de Adolfo Caminha, se passa em navio de Saldanha. E Vandenkolk, continua Penalva, "não se pejava de dizer que, a seu juízo, mais valia a chibatada, como castigo ao réu confesso, do que os maçantes e delongados conselhos de guerra".

Penalva descreve a cena de aplicação da chibata, a que chama de "o degradante espetáculo". No caso que estampa, o castigado "suportou com bravura mais de cem pancadas", com violação da lei, diz ele, que previa somente vinte e cinco.

O final da descrição: "Depois, não pôde mais. Atirouse de chofre no convés, chorando como um perdido. Esperneava, como animal peado. Estrebuchava, a uivar, de olhos vidrados para o céu sem nuvens.

Prado tomou-lhe o pulso trêmulo e gotejante. Abanou a cabeça para o severo oficial, que ordenou, de ímpeto: - Recolha-o à enfermaria".

Destacou Penalva a qualidade de chibateiro de Saldanha da Gama, "educado e fidalgo". Aliás, ninguém melhor do que Luis Filipe Saldanha da Gama para caracterizar bem esse elitismo da oficialidade naval. Já Tobias Monteiro havia consignado que, fora da medicina, do direito ou da engenharia, eram os

rebentos das famílias ricas encaminhados para oficialato da marinha. ' Em livro anônimo, impresso em Paris, publicado logo após a revolta de 1910, dizia-se que "a oficialidade da marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade no Brasil". Não há uma só vez em que Gilberto Freyre mencione o nome de Saldanha, que não venha seguido de adjetivos, tais como: "as de aristocratas brancos e finos do tipo de Saldanha da Gama"; "é que contrastaram figuras de brasileiros eugênicos que então floresceram em varias atividades de relevo:... Saldanha da Gama"; "ação monarquista do aristocrata Saldanha da Gama"; "fidalgos de um tipo nobre ou senhoril, belo e já estável como... Saldanha da Gama"; "ou oficiais de Marinha do aspecto marcial, do garbo militar e da elegância discretamente fidalga de um Saldanha da Gama ou de um Jaceguai"; "Saldanha da Gama...: homens fortes, belos, eugênicos".

Por esses extravasamentos de qualificativos, quase sensuais, bem se compreende que os dois extremos da tripulação - de um lado, oficiais finos, fidalgos, elegantes, brancos; e de outro, a maruja ignorante, pobre, sem modos, negra ou mestiça - jamais se pudesse acomodar no mesmo barco, exemplo de uma instituição social total, fechada e independente como unidade. Próximos fisicamente no tombadilho do navio, mas tão distantes socialmente uns dos outros que mal se podiam reconhecer como membros da mesma equipagem.

5. Do quadro elaborado pelo prof. José Murilo de Carvalho, sobre as intervenções militares de 1889 a 1930, deram-se na marinha sete movimentos de rebeldia - 1890, 1891, 1892, 1893, 1910, 1924 e 1930 -, mas somente o de 1910 abrangia apenas praças, sem qualquer interferência ou adesão de oficiais.⁹ Foi, então, dizemos nós, uma revolta eminentemente popular, levada a efeito por marinheiros recrutados nos mais baixos estratos da sociedade. Daí o mérito e a surpresa do êxito da sua conspiração e da sua organização militar, sob comando coordenado e disciplinado. Aparentemente não eram politizados os chefes da rebelião, embora mais alfabetizado fosse Francisco Dias Martins, do Bahia, apelidado de Mão Negra, que teria o curso secundario, descendente de boa família cearense. Diz Mores que ele foi o cérebro da rebelião, e João Cândido a ação.

O momento era 'de intensa agitação, com todas as atenções voltadas para a campanha civilista de Rui, que acabava de se encerrar com a sua derrota para a Presidência. Os ânimos estavam exaltados, tendo o termômetro político chegado ao máximo em matéria de retaliações, ofensas, ameaças e também promessas de parte a parte. João Cândido e seus companheiros não escondiam sua admiração pelo gênio de Rui. Nilo Peçanha e Alexandrino de Alencar, que deixava o Ministério da Marinha, eram figuras da maior admiração da tripulação do Minas Gerais. Mas todas, como se vê, personagens de alto coturno, todas da classe dominante. Pergunta-se: até que ponto se poderia inserir a rebelião de 1910 no contexto global da pregação anarquista e socialista na sociedade brasileira? Como é sabido, após a realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906 no Rio de Janeiro e depois da lei de expulsão dos anarquistas estrangeiros, de 1907, deuse um nítido esmorecimento no movimento social entre nós. Somente a partir de 1912, voltaram os trabalhadores a reativar o movimento, sob o comando da Confederação Operária Brasileira, que fez realizar o Segundo Congresso Operário

em 1913, como represália ao Quarto Congresso patrocinado pelo deputado Mário Hermes, filho do Presidente. Quando da revolta da chibata em 1910 encontrava-se em baixa o movimento anarquista, que viria a dominar o Congresso de 1913.

Pelo que temos lido e meditado sobre o assunto, não havia ligação direta entre os marinheiros e os trabalhadores, embora, é óbvio, pudesse haver simpatia recíproca pelos respectivos protestos e eventuais êxitos de cada lado. João Cândido não se cansou de dizer - e isto está em cada página do livro de Morel - que não havia recebido influência de ninguém de fora dos círculos da marujada. À época insinuou-se e pretendeu-se provar ligação dos revoltosos com Rui, Nilo Peçanha e com Alexandrino de Alencar. Um padre reacionário que por aqui andou - para apagar as impressões socializantes e maçônicas deixadas por Anatole, Clemenceau e Ferri, que nos visitaram no ano anterior - insinua claramente o dedo de Alexandrino no movimento e aconselha a manter os marinheiros afastados da vida política, confinados nos seus navios: "Seria mesmo um ponto curioso a elucidar, se se pudesse provar o que ouvi afirmar categoricamente, que o homem que teve a iniciativa destes navios de guerra devia também endossar a responsabilidade de sua revolta. A primeira revolta dos marinheiros, a 22 de novembro de 1910, eclodiu no dia seguinte da partida deste personagem, atualmente, em missão, em Paris. Conta-se que o famoso mulato João Cândido, que assumiu o comando do levante dos vasos de guerra, era criatura e amigo deste homem político. Dele recebeu um longo abraço público, com seu retrato, à véspera do embarque do personagem para a Europa. Pergunta-se porque tanta intimidade entre dois cidadãos pertencentes a esferas tão distantes".

Como se vê, o padre dava livre curso às fofocas, e com isso pretendia fazer história... E indagava pouco adiante: "Por quê o Brasil não mantém seus vasos de guerra afastados do teatro das competições políticas, tão azedas nestes países jovens, nos quais as questões pessoais ocupam muito mais lugar nas lutas oficiais do que as discussões de princípios?"

Nos jornais da época, nos pronunciamentos oficiais e nos discursos parlamentares, não apareceu nem uma vez a insinuação de que os marinheiros agiam sob a influência direta ou ideológica dos anarquistas. Voltamos a repetir, tirante o próprio condicionamento da agitação política da época, a revolta foi de índole interna, fechada, por assim dizer, contra a chibata, os maus tratos e o excesso de trabalho. A luta de classes, nela, se transfigurava em luta das praças inferiores contra os seus superiores, oficiais, que lhes mandavam aplicar as penas disciplinares dos castigos físicos.

"Um Oficial da Armada", insinua que João Cândido e seus companheiros - que foram à Inglaterra iniciar-se no conhecimento técnico dos novos navios, trazendo-os para o Brasil - deviam ter sido "aperfeiçoados e industriados na Europa, durante as longas estadias na Inglaterra". É preciso que se diga, porém, que o autor do livro-nele se revela tremendamente faccioso na defesa do seu libelo contra os marinheiros. Escreve ele que, "enquanto persistirem os costumes e a moral atualmente reinantes nos navios, a chibata é literalmente indispensável. Proibí-la é ameaçar a vida dos oficiais e abrir a porta à indisciplina". Só o "temor do castigo", com a "chibata no seu lugar", é que podem ser contidos os marinheiros, negros mal encarados, 'com todos os signos deprimentes das mais atrasadas nações africanas". "

Gilberto Freyre considera tal livro, com essas idéias, como - dos mais interessantes que apareceram no

Brasil na época". Partindo de uma afirmativa de "Um Oficial da Armada", de que faltavam foguistas para os novos navios, tendo sido contratados profissionais de fora do quadro, com quebra da disciplina, levanta o sociólogo de Apipucos a hipótese de ter sido a revolta de 1910 um prolongamento e uma consequência da greve de Recife, de agosto de 1909, dos maquinistas navais. Um jornal local chegou a se referir aos grevistas como "proletários marinheiros", acusando o Capitão dos Portos de Pernambuco de ajudar "os capitalistas a esmagarem o proletariado".²

Veja-se, no entanto, o início do parágrafo de Gilberto, para que se esclareça, por inteiro, a sua hipótese: "Não é fora de propósito atribuir-se ao movimento de marinheiros nacionais contra os seus chefes que, em 1910, avermelhou as relações, tradicionalmente pacíficas, entre superiores e inferiores, nas Forças Armadas do Brasil, o caráter de uma insurreição proletária; e esta mais de maquinistas que de militares: expansão, talvez, da greve que, em agosto de 1909, se esboçara, no Recife, sob a forma de um movimento no sentido da afirmação de "direitos" de "maquinistas navais".

Infelizmente, improcede, a nosso ver, toda essa argumentação da tese de Gilberto Freyre. Lá, em Recife, esboçou-se somente uma greve, que seria de navios mercantes e não de guerra, contra empresas particulares. O Capitão dos Portos vem citado no jornal, por força mesma do exercício local do seu cargo, nada mais. Como sempre aparecem as' permanentes afirmações de Gilberto sobre a, nossa índole gentil, de doçura de -trato e obediência entre inferiores e superiores no Brasil. A rebelião seria antes civil, e não militar. E, finalmente, é pretender demais que a rebelião de novembro de 1910, em navios de guerra no Rio, tenha sido simples prolongamento do esboço de greve recifense de agosto de 1909...

6. Sem dúvida alguma, não só os adversários do governo Hermes, como também os anarquistas da época, receberam com júbilo a rebelião da chibata, puramente militar, de negócios internos de disciplina da marinha. A rebelião em si foi apolítica, sem entendimentos nem ligações com quaisquer classes civis, extra navios. A posteriori, depois de ocorrida, principalmente diante do massacre e morticínio dos presos da ilha das Cobras e do Satélite, voltaram-se os líderes operários, livres, em críticas ao governo em termos de violenta repulsa.

Edgar Rodrigues, libertário, limita-se a declarar: "Os anarquistas, desde longa data, vinham denunciando nos seus jornais, o regime de barbarismo e de grilhetas na marinha de guerra. Já em 1908, os anarquistas, protestando publicamente contra a lei que instituiu o serviço militar obrigatório no Brasil, denunciam crimes de toda a ordem, cometidos contra os que, de algum modo, desagradavam os seus chefes. A propaganda chegou até aos marinheiros e estes, a exemplo de outros países, revoltaram-se contra a oficialidade, dominando pelas armas os mentores da tortura. Os aspectos da luta pela abolição da chibata ganharam foros de heroicidade, conduzidos por João Cândido".

Cingira-se, assim, o movimento à abolição da chibata, sem maiores consequências para a estrutura e estratificação da sociedade brasileira...

Everardo Dias, também anarquista à época, não associa a rebelião ao movimento geral e universal da propaganda anarquista. Diz simplesmente que, em 1918, "continuava viva como uma chaga a lembrança

do massacre cruel do "Satélite" e da Ilha das Cabras". E prossegue: "Esses ressentimentos eram tão predominantes na ocasião que, oito anos após, sempre que decorria o aniversário da morte dos oficiais sacrificados no levante de novembro de 1910, nenhum praça tomava parte espontânea na comemoração fúnebre, sendo preciso que a oficial de dia de cada navio designasse aqueles que deviam compor a comissão que iria ao cemitério depositar coroas sobre os túmulos dos oficiais mortos. Ora, quase todos os marinheiros expulsos dos quadros da Armada haviam-se proletarizado, entrando a trabalhar nos vários ofícios e eram assim preciosos e ativos agentes de ligação"⁴

Nada mais foi dito nem perguntado... Com vinte anos, confessou Astrojildo Pereira aos cinqüenta, que três foram os acontecimentos que "concorreram para acentuar nele a insatisfação com a chamada ordem estabelecida: a derrota de Rui em 1910, o fuzilamento de Ferrer na Espanha, a revolta de João Cândido". Hermínio Linhares inclui "a revolta chefiada por João Cândido para extinguir o regime de chibata na Marinha de Guerra" como uma das efemérides das "lutas de classe" no ano de 1910. Nada mais.

O momento histórico, com encerramento da campanha civilista e derrota de Rui contra o militarismo, depois de longa e profunda agitação - sendo de notar que o proletariado e seus líderes se dividiram entre Hermes e Rui, pois se tratava mais de um movimento de classe média, -funcionou como um desencadeador da rebelião, quando tomava posse o representante do militarismo e era espancado com chibata um marinheiro a bordo do Minas Gerais, em meados de novembro de 1910. Este, o estopim imediato.

7. Outro ponto a ser pesquisado é o que diz respeito à população que foi lançada nos porões do Satélite e que partiu para a morte e o desterro na noite de 25 de dezembro de 1910. Por desgraça, a data é simbólica... A Capital Federal e Niterói estavam sob estado de sítio, votado às pressas nas duas Casas do Congresso, silenciados todos os órgãos de comunicação; só o Poder Executivo gozava e abusava da plenitude de suas faculdades, em geral, policiais e punitivas.

O massacre da Ilha das Cobras já era do domínio público, com dezenas de cadáveres de marinheiros e fuzileiros retirados dos seus escombros. E, mais tarde, com a morte por asfixia a cal de quase duas dezenas de aprisionados em suas masmorras. Mas a tragédia do Satélite só pouco a pouco foi sendo revelada, com fuzilamentos sumários às costas de Pernambuco na noite de 31, além de outras mortes por várias causas e abandono dos que chegaram vivos ao regime de escravidão no Amazonas. Dava-se oficialmente como sendo essa população constituída de 400 infelizes: exmarinheiros, mendigos, vadios, prostitutas, detidos de toda ordem. A Casa de Detenção foi o campo de concentração, para a partida definitiva.

Estando a Capital em estado de sítio, suspensas todas as regalias constitucionais, com o terror policial imperando livremente, pergunta-se: não se teria aproveitado o governo para se desfazer de alguns anarquistas ou trabalhadores indesejáveis? O assunto ainda não está plenamente esclarecido, exigindo novas pesquisas a respeito. Que foram incluídas no Satélite muitas pessoas honestas e chefes de família, não resta a menor dúvida, pois tudo se fazia sem qualquer possibilidade de resistência nem de defesa. O Correio da Manhã escreveu uma série de artigos sobre o massacre do Satélite e seu destino punitivo, dos quais Rui leu longos trechos no Senado.

Sem dúvida, os ex-marinheiros constituíram o grosso dos desterrados, somados a mendigos, a criminosos e a prostitutas. Não chegando a citar nenhum trabalhador, propriamente dito, nem líder operário, Rui oferece mais de um exemplo do que chama de "homem limpo" jogado nos porões do Satélite, isto é, "sem ser criminoso, nem réu de polícia, nem ex-marinheiro".

A verdade é que o massacre do Satélite foi denunciado à nação pelos jornais Correio da Manhã, O Século e Diário de Notícias, com editoriais assinados de Edmundo Bittencourt no primeiro. Na Câmara deveu-se principalmente a Barbosa Lima e, depois, a Pinto da Rocha usar a tribuna para a divulgação da tragédia. Com a abertura do Congresso, a 3 de maio de 1911, devia o governo dar-lhe conta de tudo que se passou durante o estado de sítio. Omitiu todas as violências, limitando-se informar: "Armado com o estado de sítio não teve o governo necessidade de praticar violência contra quem quer que fosse, respeitando, de acordo com a promessa do manifesto inaugural, todos os direitos e liberdades e absteve-se sequer de constranger seus mais tenazes opositores".

Apanhado em falsidade, depois das denúncias daqueles jornais e daqueles deputados, é que se viu obrigado o governo a mandar nova mensagem, desta vez somente à Câmara, datada de 26 de maio, na qual procurava justificar o massacre do Satélite, confessando-o. Usando de toda a sua boa técnica de advogado e constitucionalista, Rui ocupa por duas vezes a tribuna do Senado,, a 30 de maio e a 2 de junho, analisando a mensagem presidencial e colocando a nu a responsabilidade do governo nos atentados à dignidade humana praticados naquele navio mercante, com fuzilamentos e torturas de toda ordem.

Como dito, tudo isso só veio à luz depois de cessado o estado de sítio, retomando a imprensa a sua liberdade de informação. Em carta endereçada ao Senador Rui Barbo. a, que Morel transcreve neste livro, datada de 30 de maio, escrevia Belfort de Oliveira, à época, integrante da Comissão Cândido Rondon, em Santo Antonio do Madeira: "Dos cento e tantos que ficaram ao serviço da Comissão, nem todos eram marinheiros, quase a metade era constituída de trabalhadores, operários, que foram feitos prisioneiros durante o estado de sítio

Eis aí a confirmação da suspeita de que o governo se aproveitou do momento de exceção para se livrar de trabalhadores, em geral anarquistas que lhe vinham tirando o sono na Capital Federal. Confirma-se o fato, ademais, por via oblíqua, com a denúncia na Câmara, de Barbosa Lima - antes de Rui, a 15 de maio,- de que o Poder Executivo "enjaulara brasileiros, réus de política, ou brasileiros limpos de qualquer culpa", fazendo-os fuzilar em um país no qual se diz "abolida a pena de morte para os crimes comuns, quanto mais para os crimes políticos, barbaridade que nem o mais retrógrado dos partidários de qualquer organização social hoje em dia defende".

Em novo discurso, de 13 de setembro, aproveita-se Barbosa Lima da notícia e do protesto do Jornal do Brasil. a propósito da prisão e da deportação de motorneiros, de empregados de bondes e de automóveis do Rio de Janeiro. O fato é que 20 trabalhadores foram presos e removidos para a Colônia Correccional de Dois .lios, sem julgamento, direito a defesa nem muito menos sentença condenatória. Alguns presos choravam copiosamente,

dizia o JB de 5 de setembro. Os operários foram transportados até o cais em carro da Casa de Detenção, sendo conduzidos para bordo do rebocador Fernando Pinheiro", acrescenta Barbosa Lima.

Vale a transcrição de um largo passo do pronunciamento de Barbosa Lima, pela sua veemência e pela atualidade de suas idéias: "Em suma, alguns operários, alguns trabalhadores, alguns homens que vivem a sua modesta existência, mourejando no serviço de veículos nesta cidade, muitas vezes acusados injustamente de desastres, motivados freqüentemente por imprudência dos transeuntes; operários representantes deste proletariado com o qual tanto simpatiza o Sr. Presidente da República; representantes desse proletariado a quem o Sr. Presidente da República quer dar três ou quatro mil casas, habilmente ideadas e projetadas pelo meu distinto camarada de classe o Sr. Tenente Pulquério; representantes desse proletariado, que tantas delegações tem mandado ao Palácio do Catete e lá têm sido tão benignamente acolhidos pelo Sr. Presidente da República, expondo queixas e pedindo providências; representantes desse proletariado, cidadãos inócuos e despoticamente arrastados a uma enxovia e aí mantidos em promiscuidade com os ébrios habituais; com os rufiões, com o que há de mais baixo na borra desta cidade; homens de trabalho, cidadãos com cujos votos nós aqui estamos, eleitores são arrastados para o xadrez das delegacias desta Capital e, em seguida, deportados para a Colônia Correccional e depois de alguns dias de torturas criminosas são restituídos ao lar, quando já desempregados, como é natural, pois essa é a primeira conseqüência da privação de sua liberdade. Por quê?

Por que tentativa de crime são assim mal tratados esses nossos compatriotas ou esses estrangeiros aqui domiciliados, sob a égide das nossas leis? Porque tentaram fazer uma greve. Mas, então, fazer uma greve é um crime? Tentar organizar uma parede é um crime? Recusar trabalhar em condições que não convêm é crime?"²⁰

Pois bem, se em tempos de normalidade constitucional, assim procedeu a polícia de Hermes da Fonseca com os trabalhadores que simplesmente ameaçavam uma greve, o que não teria ela feito com anarquistas e outros opositores do governo, envolvidos "numa campanha subversiva e má", segundo linguagem da própria mensagem presidencial, quando do pedido do estado de sítio ao Congresso?

Não resta a menor dúvida de que, em meio às cinco, seis ou sete centenas de pobres detritos humanos jogados nos porões do Satélite, haviam de se encontrar alguns trabalhadores, nacionais e estrangeiros, que vinham inquietando a ordem pública e já marcados pela polícia. O momento era propício para uma limpeza em regra, sem necessidade de processo nem de julgamento. Já estavam julgados e condenados pela polícia.

8. Os dois imensos discursos de Rui constituem, sem favor algum, exemplo de objurgatória parlamentar, que talvez não encontre paralelo em toda a história do Legislativo nacional. Com razão a eles se refere João Mangabeira como "formidáveis discursos sobre o caso do Satélite". Mangabeira deixa este seu depoimento do que foi a acusação ao governo e do efeito causado: "Eu estava presente durante todo o tempo em que, por mais de três horas, Rui ocupou a tribuna, dominando inteiramente o auditório. A princípio aparteado por Urbano dos Santos, ao qual Rui opunha sempre uma réplica esmagadora. Depois, em absoluto silêncio".^{1t}

Para se ter uma idéia da revolta da consciência nacional, que, como dizia o próprio Rui, falava por sua boca; para se constatar a que ponto chegou a veemência da denúncia e do protesto, merecem ser aqui transcritos alguns trechos das falas de Rui. Aparecem em seus discursos expressões tais, como: "o inaudito e nefando caso do

Satélite", "monstruosa alteração do regime", "confissão inconsciente de loucura", "dessa tragédia abominável", etc.

Algumas passagens mais extensas: "Não posso absterme neste momento de me demorar na tribuna para fazer eco ao sentimento de indignação, de revolta e de horror que este assassinato oficial tem levantado no seio da sociedade brasileira".

"À presença de fatos como este, so o que sinto no mais íntimo de minha alma é a miséria da linguagem humana, esgotada, gasta, já sem serventia para servir de látigo sobre a cabeça de criminosos desta categoria e desta monstruosidade".

"Mas esses homens foram colhidos, manietados, algemados sem resistência, ficaram durante horas nessa imobilidade forçada sem que ninguém lhes acudisse e são depois justicados em nome da necessidade inevitável".

"Rasgos de inconveniência, cobardia e bestialidade, como da ilha das Cobras e do Satélite dão a medida, em um relâmpago sinistro, da decadência de uma raça, ou da violenta invasão de uma terrível enfermidade no seu organismo social".

"A resposta está dada... na mensagem de 26 de corrente, onde se somam aos 18 marinheiros mortos, a fome, sede, cal e ácido fênico, nas solitárias militares da ilha das Cobras, os oito carneados no Satélite".

"Dentro em mim, neste momento, sinto eu inteira a alma de minha terra; a voz que me vai dos lábios agora, é a voz do povo brasileiro. Não sou eu, é ele que declara hoje ao marechal presidente que, se ele arrebatou ao banco dos réus esses criminosos, assentou nesse banco o seu governo.

"No Brasil não se organiza exército contra o estrangeiro; desenvolvem-se as instituições militares contra a ordem civil"... "Que vale hoje neste país, diante de qualquer impulso de um tenente, a vida de um de nós?"

"A presidência atual quis e fez anistia, rufando tambores aqui dentro, pela boca dos seus amigos, em como a executaria lealmente. E que resta da anistia? Os cadáveres da ilha das Cobras, os cadáveres do Satélite e os cadáveres de Santo Antonio do Madeira". 22

Os dois discursos de Rui são longos, destruindo a mensagem presidencial em seus pormenores, reduzindo-a a nada e dando juridicamente o próprio governo como responsável pelos atos de seus prepostos, os tenentes que comandaram o fuzilamento em 31 de dezembro de 1910. O 29 tenente Francisco de Melo, autor principal do massacre, não só foi elogiado oficialmente em boletim militar, como foi promovido e, mais tarde, acompanhou Dantas Barreto no governo de Pernambuco, voltando a praticar violências e atentados contra a vida humana.

A 19 de agosto, ainda de 1911, a propósito da visita de Hermes à Bahia, volta Rui a revolver o caso Satélite da tribuna do Senado, cobrando do governo o julgamento e punição dos autores do atentado. Lê, então, incorporando-a aos Anais, a carta que recebera de Belfort de Oliveira, e à qual já nos referimos. E comenta: "O Senado acaba de ver, Sr. Presidente, que o caso do Satélite não está esgotado; é um grande mistério sanguinolento, em torno do qual os elementos oficiais procuram impedir que se derrame a luz da verdade".

E em outro trecho: "Permitam-me os nobres senadores a franqueza e o desabafo. Em toda a minha vida política, nos quarenta anos da sua duração, é o mais cruel dos cruéis desenganos por que tenha passado a minha

consciência de homem sincero".

Lembra então a execução de Ferrer, líder anarquista, na Espanha, depois de processado e condenado à morte por sentença judicial, e conclui: "Esse homem foi executado; sofreu a pena que os tribunais do seu país o tinham condenado. E todo o mundo católico estremeceu, como se tivesse ocorrido naquele país uma iniquidade colossal. Os órgãos das idéias adiantadas, em todos os países; clamaram contra a severidade, segundo eles injustificável, da coroa da Espanha. No próprio Brasil, estes clamores tiveram eco profundo. Os nossos jornais, os nossos homens de letras, os nossos publicistas, as nossas reuniões populares, se levantaram, como se naquele país se tivesse cometido um crime indefensável. E agora, diante 'do fato atual, a opinião republicana deste país não sente o estremecimento da revolta. Dá-se bem com esta situação; não se incomoda. Seus interesses não estão prejudicados. Por que levantar-se, por que protestar contra um crime desta ordem, se o poder que nós temos nas mãos nos assegura, a nós, esta tranqüilidade amável em cujo seio os nossos interesses, os nossos negócios; as nossas famílias, os nossos protegidos também existem e vivem. Mas aqui não houve justiça, não houve um tribunal, não houve um processo contra os autores destes oito ou dez homicídios praticados pela autoridade pública. E este ato chega ao conhecimento do governo e o governo não se move". Dizia, ao final do discurso, que o caso da ilha das Cobras e o do Satélite foram "duas monstruosidades gratuitas e improvocadas". Estão impunes, e impunes acabarão, "graças à conivência do governo atual, num caso ele gendo a dedo um tribunal, para absolver o réu, no outro, subtrindo obstinadamente os criminosos à ação da Justiça".

9. *A verdade é que a anistia, que fora concedida pelo governo num momento de pânico e de medo, nunca chegou realmente a ser aplicada. Refeito do susto, o governo prendeu, deportou, massacrou os participantes da revolta, com requintes de barbaridade e de vingança tardia. Toda a sociedade brasileira, independentemente do juízo da justiça sobre a insurreição, foi tomada de surpresa e de nojo, quando pôde ter conhecimento dos massacres da ilha das Cobras*

e do Satélite.

Escrevendo a Mário de Alencar, a 18 de janeiro de 1911, ainda sem saber dos fuzilamentos do navio nefando, dizia Capistrano de Abreu: "E além disto, a questão terebrante: o povo brasileiro é um povo novo ou um povo decrépito? E os fatos idealizados pelo tempo valem mais que os passados atualmente? Sobre política nada lhe direi. Parece- que V. generaliza por demais, e exagera sem discernimento.

As atrocidades da Ilha das Cobras são infandas; mas que nome merece a impassibilidade do público, depois de conhecê-las? A imprensa, que, ou se cala pudicamente, ou explora com todo o despejo aquelas misérias?"

10. *Já vai longo este prefácio; é tempo de voltarmos a Edmar Morel e seu corajoso livro. Corajoso e imparcial. Em varias oportunidades refere-se Morel, com grandes elogios, ao comportamento de alguns oficiais*

durante a revolta. Quando, em meio á revolta, se ofereceram os comandantes dos contratorpedeiros para atacar frontalmente os navios, de maior porte, rebelados, a isso chama Morel de "a decisão dos intrépidos oficiais". Em outro passo: "O titular da Marinha, Almirante Marques de Leão, que era um homem de coragem,... "E, ainda outro exemplo: "Soube-se, então, que o Comandante João Batista das Neves era natural de Mato Grosso e tinha 54 anos quando foi massacrado. Foi unânime o elogio à sua bravura".

Aí estão alguns exemplos de que o livro não é um libelo apaixonado nem um panf^leto parcial. Por outro lado, não deixou Morel de trazer para as suas páginas longas citações de depoimentos ou de opiniões contrários à causa de João Cândido e aos seus possíveis méritos como marinheiro e como cidadão. Nem a sua honra, como homem, foi poupada. Podem ser lembrados longos trechos, neste sentido, de Pereira da Cunha, Dantas Barreto, Vivaldo Coaracy e Alencastro Graça.

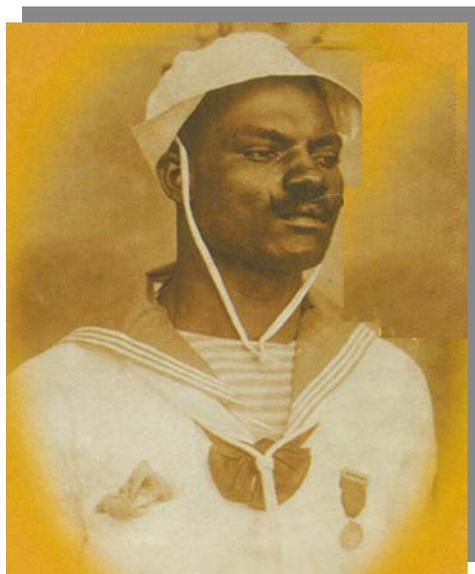
*Escrito num estilo vivo e agradável, o livro de Morel vai além de uma simples reportagem, para se **tornar** história verdadeira, confirmando que nem sempre se pode distinguir o jornalismo do ensaio histórico, quando feitos com seriedade e perfeita busca das fontes. Já àquela época, referia-se Rui no Senado a uma moção que a Liga dos Direitos do Homem, de Bruxelas, dirigira ao governo brasileiro protestando contra o massacre da ilha das Cobras. De lá para cá muito cresceu a consciência dos direitos humanos, fazendo com que um homem não possa prevalecer-se da sua posição superior para se tornar senhor e amo do seu subordinado. Afinal, já escreveu Nietzsche que a revolta é a nobreza do escravo, por isso mesmo, sendo legítima e justa a repulsa contra a tirania e os abusos do poder.*

Com grande destaque noticiava O Globo, de 8 de dezembro de 1969: "João Cândido, o marinheiro que em 1910 conseguiu pôr em revolta a esquadra brasileira e abolir a chamada Lei da Chibata, foi sepultado ontem à tarde no Cemitério de São Francisco Xavier. Morreu às 17 horas de sábado, no Hospital Getúlio Vargas, vítima de mal súbito, aos 89 anos de idade, exatamente no dia em que transcorria o nono aniversário de seu casamento com dona Ana do Nascimento Cândido, sua terceira esposa E, como legenda, em baixo do seu retrato: "João Cândido, exemplo para os jovens".

Marinheiro de 1a. classe

João Cândido

O Almirante Negro



No dia 29 de março de 1968, às 13 horas, no Estúdio do Museu da Imagem e do Som⁴, na então Praça Marechal Âncora, prestou depoimento para a posteridade o Chefe da Revolta da Chibata, o ex-marinheiro João Cândido Felisberto.

Foi entrevistador o historiador Hélio Silva⁵. À mesa, assistindo ao depoimento, achavam-se presentes Alberto Cândido, filho do depoente, o Superintendente do MIS, Sérgio Junqueira, a jornalista Dulce Alves e o Diretor Executivo da Instituição, Ricardo Cravo Albin, que iniciou os trabalhos dando a palavra ao historiador Hélio Silva.

HÉLIO SILVA: João Cândido, você se tornou um nome da história do Brasil, um nome da história mundial, porque se ligou a uma causa de libertação. Há momentos em que cada um de nós pode crescer tão desmesuradamente que, com o passar do tempo, olha-se o que foi feito e parece impossível que um homem, num dado momento, tenha tido essa capacidade de

⁴ Extraído do livro *“João Cândido – O Almirante Negro”*, Fundação Museu da Imagem e do Som. Pode ser adquirido na Editora Forense, Av. Erasmo Braga, 299 – 2º andar 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ, fone: 21-5335537.

⁵ 1904-1995

realização, que nesse momento você foi um símbolo. Eu pergunto a este velho, embora um velho forte, um homem válido ainda, mas em que os anos marcaram duramente a sua passagem, eu pergunto, em primeiro lugar: você se recorda perfeitamente do que aconteceu a 22 de novembro de 1910?

JOÃO CÂNDIDO: Recordo.

HÉLIO SILVA: Se hoje você voltasse a ser o mesmo marujo daquele dia, embora a vivência desse longo período de mais de 50 anos tivesse dado a você uma longa experiência da vida e dos homens, se o João Cândido vivido de hoje voltasse a ser o João Cândido moço daquele tempo, se fosse possível esse milagre, de reunir a sua experiência e a sua mocidade, você teria agido hoje como agiu?

JOÃO CÂNDIDO: Teria agido da mesma forma.

HÉLIO SILVA: Bravos! Você é um homem coerente com sua vida. Agora eu pergunto, então, num momento em que isso vai ser fixado numa fita para a posteridade, uma fita que os moços de amanhã, não conhecendo mais você, sem ter a menor idéia de quem eu seja, terão apenas na fixação da sua voz um depoimento e na minha como que um reflexo, apenas um interrogatório. Então, o entrevistado é você, é você quem deve falar. É preciso fixar quem foi este homem que passou todo este tempo e que não desapareceu, nem desaparecerá. Seu nome todo, João Cândido...

JOÃO CÂNDIDO: João Cândido Felisberto, filho de João Cândido Felisberto e Inácia Felisberto, nascido a 24 de junho de 1880 na cidade de Rio Pardo.

HÉLIO SILVA: Família numerosa? Quantos irmãos você tinha? *JOÃO CÂNDIDO: Tinha três irmãos e quatro irmãs.*

HÉLIO SILVA: Por que você entrou para a Marinha de Guerra? Você foi voluntário ou recruta?

JOÃO CÂNDIDO: Depois da revolta de Floriano, como houvesse falta de marinheiros na Armada, a Marinha estava esfacelada, eu fora transferido do arsenal de guerra que tinha excesso de alunos, arsenal de guerra de Porto Alegre, para a escola de aprendizes de marinheiros da Marinha.

HÉLIO SILVA: Você tinha, portanto, ingressado na Marinha ingressando numa escola. Você era um moço pobre que queria melhorar de situação, situação inclusive intelectual. Você entrou para uma escola, onde você ia aprender, dessa escola você passou...

JOÃO CÂNDIDO: ... para a Marinha.

HÉLIO SILVA: ... para a Marinha. Com que idade você ingressou na Marinha? Vestiu a farda de grumete?

JOÃO CÂNDIDO: Com 14 anos.

HÉLIO SILVA: Com 14 anos de idade. Com que idade você deixou a Marinha? Foi desligado?

JOÃO CÂNDIDO: Com 32 anos.

HÉLIO SILVA: Portanto, você pertenceu à Marinha...

JOÃO CÂNDIDO: 17 anos.

HÉLIO SILVA: 17 anos, 18 anos. Você deixou...

JOÃO CÂNDIDO: Pertenci à Marinha de 5 de dezembro de 1895 a 30 de dezembro de 1912.

HÉLIO SILVA: Você deixou forçado. Você queria deixar voluntariamente a Marinha?

JOÃO CÂNDIDO: Não senhor, fui excluído.

HÉLIO SILVA: Você teria, se possível, pertencido até hoje à Marinha?

JOÃO CÂNDIDO: Certamente. Eu estaria afastado já, pois já teria passado da idade.

HÉLIO SILVA: Então você não guarda queixas da Marinha?

JOÃO CÂNDIDO: Não, nenhuma.

HÉLIO SILVA: Você não tem queixas do mar?

JOÃO CÂNDIDO: Não, o mar é meu amigo.

HÉLIO SILVA: Em 1910, é preciso que os que no futuro ouvirem esta conversa tenham idéia do que seja. Eu não estou tão alheado do problema. Em 1906, no dia 21 de janeiro, explodia o encouraçado "Aquidabã". No bojo desse navio ficou o corpo de meu pai, Mário Ribeiro da Silva, oficial combatente, professor da Escola Naval. Portanto, na minha infância, eu me familiarizei com muitas coisas da Marinha. Encontrei velhos amigos de meu pai. Mas eu estou ouvindo e aprendendo com você. Era uma tradição na Marinha de todo o mundo o castigo corporal, que foi abolido à proporção que o homem teve o sentimento da sua dignidade. No Brasil, legalmente, o castigo corporal foi abolido com a proclamação da República. Mas, de fato, o castigo corporal não tinha sido abolido na Marinha.

JOÃO CÂNDIDO: O terceiro decreto assinado por Deodoro foi abolindo o castigo corporal nas Forças Armadas.

HÉLIO SILVA: Mas não entrou em vigência esse artigo na Marinha. A Marinha continuava a castigar. Por que faltas eram castigados os marinheiros?

JOÃO CÂNDIDO: Pelas mínimas, mínimas faltas.

HÉLIO SILVA: Não respondiam a inquérito, era coisa sumária.

JOÃO CÂNDIDO: Era só antipatia. Tomava antipatia do oficial, pronto.

HÉLIO SILVA: Apenas os marinheiros, ou os inferiores também eram castigados? Os cabos, os sargentos...

JOÃO CÂNDIDO: Certamente eram punidos com rebaixamentos, transferências...

HÉLIO SILVA: E esse castigo era feito de que forma? Já em si um castigo aviltante, a prova é que a chicotada é considerada um crime com agravante, é ultrajante. Mas revestia-se esse castigo de circunstâncias mais aviltantes. Como era chicoteado o marinheiro?

JOÃO CÂNDIDO: Amarrados em um aparelho, um ferro que tem na coberta dos navios, eram expostos ali, amarrados e castigados brutalmente.

HÉLIO SILVA: Nus da cintura para cima?

JOÃO CÂNDIDO: Nus da cintura para cima.

HÉLIO SILVA: E a marujada formada, era um espetáculo público? *JOÃO CÂNDIDO: Era um espetáculo público.*

HÉLIO SILVA: Era espetáculo de castigo físico e de degradação. Como era esse instrumento de suplício?

JOÃO CÂNDIDO: Quando não eram as varas de marmelo, era uma corda intitulada corda de barca, linha de barca, e sempre os carrascos colocavam agulhas e pregos, preguinhos pequenos, na ponta cobertos...

HÉLIO SILVA: Esse tipo de açoite com pequenas peças de ferro ou de pedra é destinado a arrancar pedaços de carne. Foi o tipo de açoite com que foi flagelado Jesus Cristo. Havia, portanto, um protesto, um movimento generalizado de repulsa a essa situação. Havia como que um estado latente. Todos eram contra ou havia alguma conspiração em curso, havia um movimento articulado para um determinado protesto ou foi uma coisa num dado momento, espontâneo, que se generalizou?

JOÃO CÂNDIDO: Havia uma conspiração, havia uma conspiração de protesto. E a Marinha seguramente sabia, a Marinha toda sabia.

HÉLIO SILVA: Como é que pretendiam fazer? Esperavam alguma data?

JOÃO CÂNDIDO: Esperávamos data e poderes, esperando a construção dos novos navios na Europa, depois de estarmos lá há dois anos em contato com marinheiros de outras nações.

HÉLIO SILVA: Esses marinheiros das outras nações, notadamente da Inglaterra, não eram mais chicoteados?

JOÃO CÂNDIDO: Não.

HÉLIO SILVA: Então os marinheiros foram à Inglaterra para trazer as belonaves vindas da Inglaterra, o "Minas" e o "São Paulo"; vieram de lá mais conscientes de que deviam reivindicar esse respeito à dignidade da pessoa humana.

JOÃO CÂNDIDO: Pois não.

HÉLIO SILVA: Este foi o lucro. Portanto, nós vemos não apenas um movimento de protesto, de defesa, de instinto de conservação contra um castigo ultrajante, nós vimos sobretudo, uma tomada de consciência...

JOÃO CÂNDIDO: Foi um movimento organizado. Levamos mais de dois anos como movimento organizado.

HÉLIO SILVA: Esse movimento pretendia realmente tomar conta de navios e fazer um ultimato ou pretendia lançar apenas um protesto esperando que fosse bem ouvido?

JOÃO CÂNDIDO: Não senhor, nós pretendíamos era impor, impor como impusemos. Nada nos foi oferecido, nós impusemos, queremos isso e tem que se decidir por isso.

HÉLIO SILVA: Então a data é que foi precipitada em face do espetáculo do marinheiro que recebeu 250 vergastadas.

JOÃO CÂNDIDO: Marcelino Rodrigues.

HÉLIO SILVA: O Movimento teria sido inicialmente planejado para o 15 de novembro, depois foi adiado e resolveram que seria entre 24 e 25. Mas, o castigo de Marcelino Rodrigues precipitou tudo.

JOÃO CÂNDIDO: Precipitou...

HÉLIO SILVA: Isso é o que consta em um dos muitos livros escritos sobre esse assunto, o livro de Edmar Morel. Esse livro lhe custou a cassação de direitos políticos. Mas, diante desse espetáculo brutal, desse choque, em que um homem foi vergastado a ponto de cair sem sentidos, quase morto, resolveram precipitar a revolta. Já estava tudo preparado. E vocês fizeram essa notificação aos oficiais que estavam a bordo, porque no "São Paulo" os

oficiais foram notificados e se retiraram todos. Você estava no "Minas Gerais". No "Minas Gerais" os oficiais presentes foram notificados da revolta? Foram intimados a deixar o navio?

JOÃO CÂNDIDO: Por exemplo, o comandante fora. Se morreu, foi por insistência própria.

HÉLIO SILVA: Quer dizer, eles ofereceram resistência.

JOÃO CÂNDIDO: Nada, nenhuma.

HÉLIO SILVA: Não, mas o comandante Batista das Neves ofereceu resistência, quer dizer, vocês pretendiam...

JOÃO CÂNDIDO: Ele tentou impor a autoridade.

HÉLIO SILVA: Sei. Vocês, quando se sublevaram, vocês queriam que os oficiais se retirassem, se eles tivessem se retirado não teriam sido molestados?

JOÃO CÂNDIDO: Não, não.

HÉLIO SILVA: Isso é muito importante. Agora, eles no sentimento, no cumprimento também do seu dever, eles quiseram impor a disciplina e entraram em luta. Portanto, esses homens foram mortos bravamente, lutando, defendendo a sua dignidade, a sua autoridade, mas foram mortos em combate ou foram chacinados inertes?

JOÃO CÂNDIDO: Não, eles impuseram.

HÉLIO SILVA: Os que foram mortos, foram mortos se defendendo e matando também?

JOÃO CÂNDIDO: Se defendendo e matando também.

HÉLIO SILVA: Se defendendo. Porque tem um oficial que, ao mesmo tempo que é transpassado por uma baioneta, atravessa o marinheiro com uma espada. Afastados esses elementos, vocês entraram no domínio do navio e vocês fizeram transportar para a terra os corpos dos oficiais. Esse transporte foi feito por marinheiros revoltados ou por marinheiros que não tinham aderido?

JOÃO CÂNDIDO: Por marinheiros revoltados e por embarcações que passavam.

HÉLIO SILVA: E esses marinheiros entregaram os corpos e puderam voltar ou ficaram retidos?

JOÃO CÂNDIDO: Puderam voltar. Desembarcamos também as missões instrutoras que tínhamos a bordo. Tínhamos missões instrutoras de diversos países.

HÉLIO SILVA: É, tinham lá inclusive por causa das instalações dos navios que elas tinham que responder. Vocês retiveram a bordo alguns suboficiais, alguns técnicos, de comando de máquinas..., permaneceram trabalhando sob coação.

JOÃO CÂNDIDO: Os de máquina aderiram ao movimento, aceitaram a situação.

HÉLIO SILVA: Quer dizer, eles tiveram que trabalhar, mas não foram molestados fisicamente.

JOÃO CÂNDIDO: Não.

HÉLIO SILVA: Desde o primeiro momento, a grande maioria dos autores dão a você um papel preponderante. Evidentemente, toda medalha tem seu reverso e houve relatórios oficiais, houve escritores que acharam que tinham exagerado a sua atuação e negaram. Houve um escritor, já falecido, que declarou que você não tinha tomado parte na revolta, que você tinha se refugiado no cesto da gávea e que fizeram você descer para comandar o navio. É uma voz isolada e eu estou apenas trazendo este depoimento, porque nós estamos depondo para a posteridade e eu gostaria de ouvir da sua própria voz a sua atuação nesse momento, se você era o chefe da revolta dentro do navio ou se seus companheiros aclamaram você como chefe por ser o mais indicado, o mais capaz. Queria que você falasse.

RICARDO C ALBIN: Eu sugiro inclusive que o nosso João Cândido relatasse completamente esses fatos.

HÉLIO SILVA: Ele tem a palavra.

JOÃO CÂNDIDO: Eu tive o poder na organização da conspiração e tive o poder determinado pelos comitês para assumir a direção da revolução com todos os poderes. Eu dispunha de todos os poderes. Mr. Thompson, inglês que viera como chefe da missão inglesa, no relatório dele, disse que nunca vira coisa tão bela.

Mr. Thompson, inglês, capitão-de-mar-e-guerra da Marinha inglesa, que saíra de bordo do "Minas Geraes" com todas as honras, com todas missões inglesas e ele residia no Brasil, depois não sei se voltara à Inglaterra. Na organização da revolta, eu dispunha de todos os poderes, parei o Brasil. Durante seis dias parei o Brasil. Quem mandava era o "Minas Gerais" e o "São Paulo", era quem determinava. Nós tínhamos um comitê de conspiração na Vila Rui Barbosa, na cara da polícia. Nós na vila, nós alugamos um teto lá, alugamos todo um andar e ali nós conspirávamos. Nós tínhamos um outro comitê na Rua São Jorge, que era onde eu morava. Tinha outros comitês na Rua Jogo da Bola, lá no morro. Na Inglaterra, nós mantínhamos os comitês nos próprios hotéis onde estávamos residindo, esperando a conclusão dos navios. Lá da Inglaterra nós despachávamos mensageiros para o Brasil, nós estávamos lá à vontade. Quase dois anos por conta do governo, nós mandávamos mensageiros sondar a situação nos comitês que estavam trabalhando aqui. De maneira que quando nós viemos, nós viemos na certa. Demorou ainda com referência à posse do marechal Hermes. Houve um grande temporal e então de terra mesmo expedíamos os mensageiros. Estavam sem efeito as ordens anteriores, esperassem novas ordens. Já não se podia falar em outra coisa, a oficialidade da época foi que duvidaram que os marinheiros tivessem capacidade de levar a efeito qualquer movimento contra ela. Eu sempre tive a vida exposta, sempre fui contra a violência. Assumi o comando da revolução com as condições tais de poupar vidas, por que eu, por que o Rio de Janeiro para mim era minha cidade mátria. Cheguei aqui com 15 anos, estou com 88. Nestes 73 anos de permanência sou um histórico vivo da cidade do Rio de Janeiro. Conheço a vida nova e a velha, seus melhoramentos, seus sofrimentos. Conheço suas festas, 73 anos dá bem para isso. Sou tricentenário no Rio de Janeiro. Em 1900 assisti ao quarto centenário do descobrimento. Em 1922 ao primeiro centenário da Independência e agora, ultimamente, ao quarto centenário da fundação. Eu conheço a cidade do Rio de Janeiro a fundo, a fundo, não aceito contestações. O carioca de hoje conhece quase só Copacabana, a supercidade. Não se lembra que existe Gamboa, que existe Saúde, que existe Santo Cristo, que existe Dona Clara ainda com o aspecto colonial, a não ser aquilo que já foi tomado pelo mar. E hoje o estrangeiro, o turista sai daqui só conhecendo Copacabana, que não tem condições de oferecer-lhe outra coisa, só Copacabana, Brasília e essas coisas. As vielas estão aí, Rua do Ouvidor, o Hospício, 7 de Setembro, essas são as antigas vielas do Rio de Janeiro. Estão aí, não representam coisa alguma hoje e, numa cidade da estatura do Rio de Janeiro, são vielas que estão aí. A Gamboa tem um aspecto colonial, a Saúde a mesma coisa, Santo Cristo a mesma coisa. De maneira que os cariocas só conhecem a zona sul, que eu conhecera mata virgem, virgem, virgem, com cabanas de pescador e roças, roceiros portugueses que plantavam lá e criavam porcos, cabritos, essas coisas. Vai-se mais depressa de ônibus daqui até São Paulo do que se vinha de Copacabana aqui antigamente, para chegar aqui no mercado. Aqui onde estamos era o antigo arsenal de guerra, onde mataram o Marechal Bittencourt, aqui era o antigo arsenal de guerra do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro cresceu, transformou-se, mas falta muito, e enquanto há mil inimigos, inimigos a que pouca importância dou,

eles criticam a revolta dos marinheiros, por esse ou aquele motivo. A chibata na revolta, na Marinha do Brasil, aqueles oficiais ingleses, Cocker e outros que eram piratas na Marinha inglesa, expulsos de lá andaram pelo mundo roubando. Primeiro, organizou a Marinha chilena depois veio para o Brasil, aqui no Brasil ele impunha; que os portugueses naquele tempo no Brasil eram poucos. Eu, quando vim para a Marinha, ainda encontrei uma porção de oficiais ingleses contratados. Oficiais austríacos, portugueses, ainda na Marinha. Eu lamento é que este ódio, ódio dos oficiais... Encontrei um oficial na Marinha muito meu amigo, Alexandrino de Alencar, porque a minha família recebeu favores dele no Rio Grande do Sul e Rio Pardo, em que ele é nascido. Estive em Rio Pardo há oito anos e a casa em que ele nasceu em 1848 está lá, está lá perfeita, e a escola, o Grupo Fortaleza. Eu, em Rio Pardo, conheci lá também o Silveira Martins, grande (...) do Império.

HÉLIO SILVA: O liberal, Gaspar Silveira Martins.

JOÃO CÂNDIDO: Gaspar Silveira Martins. Cheguei lá, o palacete dele ainda está lá, em frente à Escola Militar.

HÉLIO SILVA: De Rio Pardo, onde esteve Getúlio Vargas, Góes Monteiro.

JOÃO CÂNDIDO: Getúlio Vargas chegou a sargento, Góes Monteiro, Vespúcio de Abreu, que era da família que me criou em Porto Alegre. Tem um aí, não sei se já morreu, Florêncio de Abreu, desembargador. Já morreu? Não estou a par, sei que ele morava na Rua Domingos Ferreira.

HÉLIO SILVA: Foi chefe de polícia de Getúlio. Mas voltando, focalizando o ponto principal, no momento em que você tomou conta do navio, você tinha uma especialização, era marinheiro de primeira classe, portanto, você era um marinheiro já com certos estudos. Era primeiro timoneiro...

JOÃO CÂNDIDO: ... do Minas Geraes.

HÉLIO SILVA: ... então você, normalmente, quando o navio estava entregue aos oficiais, o que você fazia, qual a sua função, como foi possível você, assumindo o comando, dirigir as manobras do navio. Você já tinha prática de fazer isso sob o comando dos oficiais? Isso é importante.

JOÃO CÂNDIDO: Já, já. A gente já tinha prática, estava tudo dividido. (...) todas as frações, quem devia ocupar os postos de combate...

HÉLIO SILVA: Então a marujada executou aquilo que estava habituada a executar, apenas os oficiais não estavam dando ordens, você estava substituindo os oficiais.

JOÃO CÂNDIDO: Quem estava dando ordens era eu. Para o 'Minas Geraes' e para todos os navios que haviam aderido ao movimento de pronto, além de que julgamos inconveniente e dispensamos. Dispensamos não, aproveitamos a tripulação nos navios que estavam com a revolução.

HÉLIO SILVA: Não havia problema em dirigir. Aquilo que vocês fizeram e que causou espanto a todo mundo, era uma manobra de rotina, você declara em seu depoimento "o resto foi rotina de um navio de guerra", é uma frase de seu depoimento. Portanto, tudo isto, da parte material de movimentação da esquadra durante esses dias que causou espanto e que provocou dúvidas, vocês estavam capacitados a fazer. Não foi uma improvisação, vocês faziam aquilo, sabiam fazer.

JOÃO CÂNDIDO: Além dos conhecimentos que já tínhamos na Marinha, ganhamos mais conhecimentos durante o tempo que estivemos lá assistindo à construção da nova esquadra. Eu, na Marinha, posso dizer, a arte de governar navio não é difícil, mas é espinhosa. Eu só conheci um timoneiro no mundo com maior poder, sabe quem foi? O Kaiser, Guilherme H.

HÉLIO SILVA: Conte como você o conheceu.

JOÃO CÂNDIDO: Eu vi ele passando revista na esquadra alemã, ele mesmo governando o iate dele, passando numa esquadra alemã de 60 navios, em Kiev e cuja revista o "Benjamin Constant" também, nosso navio ia testar uma divisão alemã. Eu vi, eu fiquei sabendo, fiquei conhecendo. Na Marinha era duvidoso; timoneiro? É João Cândido. Timoneiro? É João Cândido. Um fato. O canal que era na Alemanha, antiga Alemanha que hoje não sei como é que está; era um canal que atravessa do Mar do Norte para a Prússia, 60 km. Tinha a companhia do canal todos os navios que passassem por ali, a circulação dos navios que eram de guerra, que eram mercantes, eram nulas. Saía da balança flutuante e arriava a bandeira nacional, da nacionalidade, entrava o pessoal do canal. Fui o único timoneiro e o "Benjamin Constant" foi o único navio no mundo que não arriou a bandeira do Brasil e eu governando, os alemães consentiram o timoneiro...

HÉLIO SILVA: Em que época foi isso João Cândido?

JOÃO CÂNDIDO: 1906. Foi a viagem...

HÉLIO SILVA: Em 1906 você era considerado um grande timoneiro... Não admira que em 1910 você continuasse sendo considerado um grande timoneiro.

JOÃO CÂNDIDO: Os alemães consentiram que o timoneiro brasileira passasse, atravessasse o canal governando o navio, apesar dos técnicos alemães terem também nos seus postos com oficial intérprete brasileiro que era um capitão, um primeiro-tenente Dias... esqueci o nome agora, não me recordo. Era um oficial brasileiro que se expressava muito bem no alemão.

HÉLIO SILVA: João Cândido, nós ouvíamos você e verificamos, primeiro, que você conscientemente em 1910 chefiou um movimento para a libertação da chibata. Fez isso esclarecidamente, mobilizando toda a marujada brasileira. Ouvimos você, com realismo, mas com modéstia descrever como tomou conta do navio, como comandou uma esquadra, mantendo em suspenso um país durante seis dias.

RICARDO C: Mas eu acredito que o relato do meio para o fim ainda não tenha sido concluído.

HÉLIO SILVA: Mas era exatamente isso que eu queria. Eu queria que você contasse o que se passou nesses seis dias do seu domínio sobre a esquadra, depois contasse o resultado desse movimento e a sua vida como passou.

RCA: Eu me permito sugerir que se possível dia-a-dia, já que sua memória, aos 88 anos, é prodigiosa. Se possível, dia-a-dia.

JOÃO CÂNDIDO: Depois ao estourar o movimento, isso foi no dia 22 de novembro de 1910. Primeiro entramos em contato com o governo do Marechal Hermes. Recebemos por meios telegráficos que ele não confabulava com os revoltosos. Esta foi a resposta do Marechal. Então resolvemos nos fazermos ao mar, até que o governo tomasse outra atitude. Nós nos fizemos ao mar, fomos para alto mar. Depois começou aquela confusão, de ataca, não ataca, e os oficiais do Exército impunham: o governo tinha força para atacar. Como de fato tinha. O governo na época tinha força para atacar, pois tinha uma flotilha de 10 destroieres novinhos, saídos da fábrica no mesmo ano. Havia mais de, talvez, 50 torpedos com cabeça de combate preparadas. O governo não atacou mesmo por negligência, por negligência e por covardia. Covardia porque o governo teve poderes para atacar, que os oficiais, a oficialidade dispunha da teoria, e os marinheiros puramente da prática e da boa vontade. Em seguida viemos ao porto depois de dois dias nos abastecermos. Recebemos o primeiro contato com a cidade por intermédio de Júlio de Medeiros, conhece?

HÉLIO SILVA: Conheci pessoalmente o jornalista Júlio de Medeiros.

JOÃO CÂNDIDO: Não sei se ainda vive...

HÉLIO SILVA: Não, morreu. Trabalhou no *O Jornal* ultimamente.

JOÃO CÂNDIDO: No *O Jornal* e depois no *Commercio*. É de lamentar que houvesse morrido. Foi o único jornalista que teve ingresso nos navios revoltosos. Autorizei que ele visitasse todas as unidades. Depois entramos em contato novamente com o governo, até que começaram um movimento na Câmara, o da anistia. O governo enviara seu embaixador. Nós não pedimos embaixador, o governo enviou o seu embaixador, deputado e capitão-de-mar-e-guerra, José Carlos de Carvalho, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Entramos em contato. O governo propôs e nós aceitamos na boa fé. Eu tinha a responsabilidade de não molestar a cidade, era um dos compromissos que eu tinha.

Depois de quatro ou cinco dias, isso já para o dia 25/26, fora votada a anistia com grande oposição no Senado. Rui Barbosa falando a noite inteira. Irineu Machado achando os deputados encurvados e os jornais da oposição também marretando. Eram paixões partidárias, que não tinham nada a ver com a revolução. Depois aceitei, de acordo com os poderes que tinha, a anistia. Indicamos os oficiais que deviam ocupar os novos postos, todos foram indicados pela revolução, pelos revoltosos, para assumir o comando dos novos navios, os navios que seriam entregues ao governo. Para o "Minas Geraes" foi o capitão-de-mar-e-guerra João Pereira Leite, os outros não me recordo. Para o "São Paulo" eu creio, foi o capitão-de-fragata Raimundo, um caboclo amazonense muito valente e muito meu amigo.

RICARDO C ALBIN : E vocês aceitando a anistia voltaram... Conte com esses detalhes.

JOÃO CÂNDIDO: Aceitando a anistia ficamos à disposição do governo e as perseguições e os assassinatos, as deportações e, em seguida, o governo, para desafronta, preparou uma revolução interna para invadir os navios e assassinar os marinheiros que haviam tomado parte na revolução. O governo fomentara a revolta na Ilha das Cobras, levantando o regimento naval para daí irem para o mar e atacarem os navios cujas tripulações estavam anistiadas, para sacrificar os marinheiros. Nós, os marinheiros do "Minas Geraes" e dos demais navios que ainda nos conservávamos a bordo, ainda não havíamos sido excluídos, recusamos, recusamos e aceitamos, tomamos aquilo como uma afronta, que os navios estavam considerados como desarmados e de forma que arrebetara a revolução na Ilha das Cobras, os marinheiros que estávamos a bordo ficamos sem ação. A oficialidade que estava a bordo fugiu, fugiu. Abandonaram os navios no porto, de forma que os marinheiros novamente me

confiaram o comando dos navios que haviam tomado parte na revolta e haviam sido entregues ao governo, e foram abandonados mais uma vez pelos seus oficiais. Levei o 'Minas' para me proteger dos bombardeios da Ilha das Cobras. Aqui no Largo do Paço tinha um oficial austríaco, especialista em mira, atirando na Ilha das Cobras, no Morro do Castelo, Santa Cruze nos navios que estavam com o governo. Então, levei o "Minas Geraes" para ficar protegido do bombardeio da esquadra do governo. Levei lá para a Ilha do Viana, no Estado do Rio. Por isso, dois ou três dias sem comunicações com os oficiais em terra, resolvi vir ao Arsenal de Marinha. No Arsenal de Marinha ^{fui} preso, acusado de haver fomentado a segunda revolta, a preparada pelo governo que era para tirar o efeito da anistia conseguida. A metade já tinham sido deportados, fuzilados em alto mar naquele navio "Satélite", daquele capitão do Exército, não sei o que, Melo.

HÉLIO SILVA: Quantos marinheiros foram mortos?

JOÃO CÂNDIDO: Não estou a par, mas no livro diz, mais ou menos, uns seis. Porém, aqui na vila militar foram fuzilados um grande número deles. Estou a par disso, que eu tinha meus pombos-correios, apesar de incomunicável no quartel-general, que naquele tempo eram uns barracões de zinco ali. Metralhadoras, duas metralhadoras na porta, mas eu tinha meus pombos-correios. Eu sabia, toda noite saíam as turmas para serem fuziladas.

HÉLIO SILVA: O relatório oficial diz que partiram 105 marinheiros, em companhia de 292 vagabundos e 44 mulheres. Isso tudo foi deportado. Os que não foram mortos em viagem, foram jogados no Amazonas, nos seringais.

JOÃO CÂNDIDO: ...dado de presente para os seringueiros e de forma que também, aqui na Ilha do Boqueirão no sul da Bahia foram fuzilados grande número de marinheiros.

HÉLIO SILVA: Há uma notícia de que seu nome teria sido retirado à última hora dessa lista, porque sendo um nome mais conhecido, provocaria uma revolta. Graças a isso você não teria figurado nessa lista do "Satélite". Você atribui a quê não ter figurado nessa lista?

JOÃO CÂNDIDO: Atribuí isto à figura de Pinheiro Machado, que ele haja intervido. Mesmo no QG havia um coronel que era comandante de uma fração e que me conhecia de Rio Pardo, havia comandado o 25º de Infantaria, havia comandado uma fração lá em Rio Pardo e ele conhecia a minha família.

HÉLIO SILVA: De qualquer maneira, você esteve preso naquele calabouço, naquela coisa, na solitária onde só você e um companheiro sobreviveram. É uma gruta cavada na pedra, fechada com uma porta de madeira e depois com uma grade de ferro.

JOÃO CÂNDIDO: *São dois ou três compartimentos. São prisões ainda do tempo colonial, do tempo dos holandeses, do tempo de Tiradentes. Nessa do Tiradentes depois eu fora transferido para ela, onde esteve Tiradentes também.*

HÉLIO SILVA: Seus companheiros morreram e só depois de estarem apodrecendo que deram conta que tinham morrido? Como foi?

JOÃO CÂNDIDO: *Todos os dias eles iam saber se João Cândido já havia morrido. Eles prometiam de só alimentar e dar água depois que João Cândido morresse. Então eu pedi aos outros que dissessem que eu já havia morrido. No dia que eles abriram encontraram aquele espetáculo. Na que eu estava, morreram 18 homens.*

HÉLIO SILVA: Tinha dois sobreviventes e dezoito mortos.

JOÃO CÂNDIDO: *E na segunda creio que morreram 6 ou 8. Esses cadáveres foram levados para o cemitério do Caju e a administração do cemitério recusara o enterro porque não havia uma declaração oficial. O médico era um oficial-marinheiro, capitão Ferreira de Almeida, creio, capitão-de-mar-e-guerra. Recusara atestar as mortes e por isso no jornal O Correio, que era jornal de oposição ao governo, houve um furo qualquer e a cidade veio a saber. O Jornal começou a gritar "onde é que está João Cândido?", já os Ingleses lá se interessavam, queriam saber onde é que estava João Cândido. Tive oferta oficial, um oficial inglês foi a bordo do "Minas Geraes" e me entregou um ofício do comandante do esquadrão inglês que estava aqui, esse almirante creio que Smith, Smith, entregou oferecendo asilo em nome de Sua Majestade Britânica; quem é que ia me tirar de lá? Recusamos a oferta inglesa, recusamos a oferta argentina, veio missionário argentino aqui, me entregou o ofício em nome do almirante Sãenz Pena, que era o ministro da Marinha argentina, oferecendo asilo. Tudo isso nós recusamos. Dissemos ao inglês que jamais sairíamos do Brasil. A esquadra inglesa estava aí, já protegendo os interesses ingleses. E daí para cá, cai na penúria, no ódio.*

HÉLIO SILVA: Quando saiu dessa prisão você foi dado como louco, mandado para o hospício.

JOÃO CÂNDIDO: Não, aquilo foi um arranjo deles para não depor nos inquéritos que certamente estavam em andamento. Mas era um inquérito, como costuma se dizer, e para que eu não depusesse me mandaram para o hospício. Estive lá no hospício, mas lá tinha um grande professor, Juliano Moreira, que me disse: a casa é sua, quando quiser voltar para a ilha volte, a casa é sua. Depois a ilha fora ocupada pelo Exército, o Exército tomara conta da ilha, foram para lá oficiais muito distintos que deram todos os direitos humanos, do homem aos prisioneiros. Tinha lá um oficial, morreu como Marechal Crispim Ferreira, era um oficial muito distinto, coronel Saraíba, oficial muito distinto. Teve um também, um batalhão que tinha aqui, segundo batalhão que era aqui no Arsenal de Guerra, Alfredo Leão da Silva Pedra, você se lembra disso? O segundo batalhão era aqui, aqui no Arsenal de Guerra. Depois saída Marinha, excluído.

RICARDO C ALBIN: Mas, um minuto. Do hospício você passou para onde?

JOÃO CÂNDIDO: Do hospício voltei para a ilha, para vir responder a Conselho de Guerra.

RICARDO C ALBIN : Como foi esse Conselho de Guerra?

JOÃO CÂNDIDO: O Conselho de Guerra fora... Eles fizeram a vontade deles e uma turma dos grandes juristas da época, entre os quais Evaristo Moraes, o velho, Caio Júlio César Monteiro de Barro...

RICARDO C ALBIN: ... Barbado.

JOÃO CÂNDIDO: Jerônimo de Carvalho, também era da corte(...), por conta da igreja dos homens de cor, por conta da Igreja do Rosário, eles só aceitaram a causa com as condições da Igreja não contribuir com um centésimo pelo feito deles, Evaristo e os outros. Fui ao Conselho de Guerra, o editor também era um homem muito sério, João Pessoa era o promotor de guerra, aquele que mataram na Paraíba, João Pessoa. Ele me dissera: vocês estão absolvidos, uns dois ou três meses antes da reunião do Conselho de Guerra. Eram mais de dois mil marinheiros. Só compareceram creio que 16 ao Conselho de Guerra. De fato fomos absolvidos. Absolvidos e eu excluído da Marinha. Não me expulsaram, me excluíram, porque eu tinha tempo demais de serviço, de maneira que não deu mais para que fosse expulso. Excluído por conclusão de tempo legal de serviço.

RICARDO C ALBIN: Em que dia se deu a sua exclusão, e como passou a viver como seu Cândido?

JOÃO CÂNDIDO: No dia 30 de janeiro de 1912. Passei a viver na vida civil. Muito perseguido pela Marinha.

RICARDO C ALBIN: De que modo?

JOÃO CÂNDIDO: Queria seguira vida do mar. Embarcava. Fui para a marinha mercante, tomava, embarcava hoje aqui, chegava no primeiro porto os oficiais da Marinha cassavam meus direitos. Diziam que eu não podia embarcar, pois que era revoltoso. Fiz uma viagem para o Rio Grande do Sul, para a Argentina. Primeiro para o Rio Grande do Sul, navio brasileiro. Cheguei no Rio Grande do Sul, o capitão do porto me cassou os papéis. Voltei para o Rio. Cheguei aqui, fui ao almirante Alexandrino, que era ministro da Marinha, morava no Russel, e pelo telefone chamou o capitão dos portos e "entregue os papéis de João Cândido imediatamente, eu também fui revoltoso e sou ministro da Marinha. "Depois andei lá pela Argentina, andei pela Grécia, embarcando em navio grego e depois deu saudades e eu voltei para o Brasil.

RICARDO C ALBIN: Quando?

JOÃO CÂNDIDO: Isso lá por volta de 1920, 22. Quando da epidemia espanhola estive aqui, 1918. Estive a serviço dos navios ingleses, da divisão inglesa que estava aqui, no momento de limpeza e desinfecção e enterrando ingleses todo dia. Todos os dias morriam 30, 40 ingleses da divisão que estava aqui. Foi preciso que viessem novas tripulações da Inglaterra, entre os quais estava o cruzador "Glasgow" e mais dois ou três cruzadores. Recebi novamente convite para ir para a Inglaterra e desisti. Em 1917 estive na Argentina, recebi convite para ficar na Argentina, desisti.

RICARDO C ALBIN: E voltou, então, depois disso, em 1922? Para fazer o quê seu Cândido?

JOÃO CÂNDIDO: Depois ingressei na pesca, fui para a pesca. Era muito perseguido na Marinha Mercante. Passei para a pesca. Trabalhei 40 anos nos mercados de pesca e no serviço de pesca. Em 59, ali na Praça XV, no entreposto da pesca. No dia em que completei 40 anos abandonei o serviço. Não tinha resultado, via que ia morrer de fome, abandonei o serviço e fui para o Rio Grande do Sul, sabe o quê? Pedir esmolas no Rio Grande do Sul. O Estado dera-me uma pensão de oito mil cruzeiros, o Estado do Rio Grande do Sul. Hoje, graças a Deus, estou com uma pensão, sabe de quanto? Cinquenta e oito cruzeiros. Foi quanto eu recebi no Banco do Estado esse mês, e graças a Deus. Representa para mim, representa milhões por vir de onde vem, do meu glorioso Rio Grande do Sul. O chofer que estive lá em casa. Ele viu, diploma de

cidadão honorífico da Câmara Municipal de Cachoeiro do Sul, da União Estudantil de São João do Meriti e outras coisas mais. Hoje estou com 58 cruzeiros, imagine lá, da para alguém comer?

RICARDO C ALBIN: Você tem quantos filhos?

JOÃO CÂNDIDO: Tenho cinco filhos homens. Tenho um que não vejo há 30 anos, há mais de 30 anos. Esse, sabe onde é que ele trabalha? Trabalha aqui perto, na Esplanada.

RICARDO C ALBIN: Quais são os nomes de seus filhos, apenas a título de documentação?

JOÃO CÂNDIDO: Está aqui Adalberto do Nascimento Cândido, Arnaldo do Nascimento Cândido, Lelânia do Nascimento Cândido, Cândido de Andrade que é casado. Agora netos, estou com 21.

RICARDO C ALBIN: Bisnetos?

JOÃO CÂNDIDO: Bisnetos ainda não tenho nenhum, vou ter o primeiro agora, brevemente.

RICARDO C ALBIN: Qual é a Rua em que mora hoje, seu Cândido?

JOÃO CÂNDIDO: Eu moro na Rua Artur Mariana, lote 18, quadra 50, terceiro distrito de São João de Meriti.

RICARDO C ALBIN: E qual o seu estado de saúde?

JOÃO CÂNDIDO: O meu estado de saúde é precário. Nessa idade não posso ter um estado de saúde muito bom, não é? Meu estado de saúde é precário. Agora mais uma coisa. O senhor já leu por aí, eu fora o único marinheiro na história do Brasil colônia, império e repúblicas, fora o único marinheiro na história a ter uma audiência marcada pelo chefe de Estado. Eu tive uma audiência marcada pelo Dr. Nilo Peçanha com o Presidente da República. Fora recebido no Salão Amarelo em audiência com o dito chefe de Estado.

RICARDO C ALBIN: Quando?

JOÃO CÂNDIDO: Isto em 1910, não estou me recordando...

RICARDO C ALBIN: Antes da revolta?

JOÃO CÂNDIDO: Antes, muito antes. Tanto assim, que na revolta ele fora acusado, ele fora suspeito se tivesse qualquer...

RICARDO C ALBIN: Ele quem?

JOÃO CÂNDIDO: Nilo Peçanha. Porém, ele já estava na Europa. Ele deixara o governo e seguira para a Europa.

RICARDO C ALBIN: Eu peço licença ao Dr. Hélio Silva, ao lhe formular uma pergunta para esclarecer melhor os antecedentes da revolta de que o senhor foi líder. Quando o senhor entrou na Marinha, a partir de que momento passou a pensar em fazer um protesto que culminaria nesta revolta?

JOÃO CÂNDIDO: Eu entrei na Marinha com 14 anos e entrei bisonho. Entrei bisonho, toda luz que me iluminou, que me ilumina, graças a Deus, que é pouca, foi adquirida, posso dizer, na Marinha.

HÉLIO SILVA: Alguma vez você foi chicoteado?

JOÃO CÂNDIDO: Não senhor, graças a Deus.

RICARDO C ALBIN: Então você era um marinheiro de bom comportamento?

JOÃO CÂNDIDO: Bom comportamento, tanto assim que servi à Marinha continuamente duas vezes e só era permitido o reengajamento nas Forças Armadas...

HÉLIO SILVA: E chegou a marinheiro de primeira classe...

JOÃO CÂNDIDO: A cabo de esquadra.

HÉLIO SILVA: Cabo de esquadra, que além de um merecimento técnico era de bom comportamento também.

JOÃO CÂNDIDO: Porém, quando se deu a revolta, eu não era cabo, era unicamente marinheiro de primeira classe. Me convinha mais ser primeira classe que ser cabo, os cabos sempre têm maior responsabilidade. E de forma que toda luz que me ilumina, que é pouca, eu agradeço à Marinha. Cheguei ao Rio de Janeiro bisonho, bisonho, eu não sabia nada, não

sabia andar, não sabia nada. Dou graças a Deus e a esta gloriosa cidade. Minha cidade adotiva e minha cidade mãe.

RICARDO C ALBIN: Agora, seu Cândido, eu lhe perguntaria por que com seu tratamento, pelo menos ao senhor um tratamento correto, o que lhe deu o germe que culminou nesta revolta?

JOÃO CÂNDIDO: *Vamos entrar neste assunto. Já de moço, a rapaziada congregava muitos moços, eles sempre tinham uma certa confiança em mim. Eu, mesmo em criança, já era um líder até dos velhos. Eu tinha interesse pelo bem-estar de todos, pela saúde de todos e essas coisas. Quando não me dava bem aqui, pedia transferência. Cheguei até o extremo de pedir transferência lá para o nosso velho Amazonas, coitado do Amazonas. Nos 63 anos que estive por lá, estão gritando agora... Eu conheci o Amazonas em criança e é a mesma coisa de hoje, escravatura, escravidão aqui na mão dos seringueiros...*

HÉLIO SILVA: Este tema da escravidão é lema da sua vida. Você foi um homem marcado pelo destino para realizar um papel e você teve a felicidade de, num dado momento, você ter cumprido aquilo que o destino queria de você. Você foi marcado pela sua cor como uma reivindicação, e que todo homem é igual, independente da pigmentação da sua pele. Você liderou um protesto, uma revolta, que não era uma revolta apenas dos homens de cor.

JOÃO CÂNDIDO: *Um protesto que se transformou numa revolta.*

HÉLIO SILVA: Era um protesto dos humildes, um protesto de todos os marinheiros contra uma forma de tratamento aviltante. Era uma manifestação de dignidade e um anseio de libertação. Esse anseio que permanece até hoje, agora mesmo você fala da sua lembrança do Amazonas, reconhecendo que esse anseio de libertação permanece em todos os homens e que sempre que há uma condição de humilhação, de escravidão, deve haver um protesto. Você diz que hoje faria o mesmo protesto. Através da sua vida...

JOÃO CÂNDIDO: *Dá licença um pouquinho? Eu estive no Amazonas em um ponto que a menos de cem metros eu vi quando passara um chefe de Estado sul-americano prisioneiro dos patriotas de Plácido de Castro. Tomaram conta das terras da Amazônia e ele, como viu que o exército dele estava tendo desvantagem, deixou a presidência da Bolívia e assumiu o comando do exército dele nas terras acreanas, que caíram também em poder dos voluntários de Plácido de Castro, o gaúcho alegretense. Eu vi quando ele passou no navio gaiola, prisioneiro dos patriotas de Plácido de Castro na chamada Boca do Acre, ponto estratégico. Era onde*

estavam as tropas federais, tanto da Marinha quanto do Exército, comandadas pelo General Gabino Besouro, ex-governador de Alagoas.

HÉLIO SILVA: Portanto, você nunca tendo sido um político militante, você nunca quis ser um político militante, você sempre foi um homem que tomou partido, que tomou uma atitude, partido dos humilhados, o partido dos humildes, o partido da libertação...

JOÃO CÂNDIDO: *E o partido dos bons.*

HÉLIO SILVA: E o partido dos bons, muito bem. Agora, eu pergunto: nesse período do seu desligamento da Marinha, em 1912 até agora, o Brasil passou por várias crises políticas, teve vários movimentos, sem querer fazer uma apreciação política, mas apenas definindo a sua conduta como um homem que tem lugar na história do Brasil. Esses períodos todos, você, como considerou ou como se portou em face desses movimentos sucessivos, vamos dizer, 22, 24, 30, 32, 37, 38, 45, 54, até os dias de hoje?

JOÃO CÂNDIDO: *Aqueles primeiros movimentos, 22 e 24, naqueles eu tenho pouca prática. Porém este, este movimento dos marinheiros, os marinheiros me consultaram e eu avisei a eles que iam cair do galho, a ocasião era importuna.*

HÉLIO SILVA: Refere-se a 38?

JOÃO CÂNDIDO: *Este agora dos marinheiros, em 64, eu avisei a eles: vocês vão cair do galho. Nunca me pediram opinião, porém, eu que já sabia de tudo, avisei a eles. De fato, entusiasmaram-se demais e este agora, este militar, desculpem as minhas impressões, eu sei que os paisanos vão ficar zangados comigo, foram um movimento de salvação pública, (. ..) minha opinião, não sei se alguém vai discordar de mim. Este agora dos militares foi um movimento de salvação pública, porque eles estão trabalhando, os militares estão trabalhando, se bem que eles estão rodeados de boas equipes, eles estão trabalhando, se não fizerem tudo, farão o que puderem. E nós, os paisanos, já devíamos de ter feito o que eles pretendem fazer agora. Este movimento seja bem-vindo, foi um movimento de salvação pública. Embora eu com prejuízo ou sem prejuízo (...), porque não me davam nada, não se me dão nada, eu não sou simpático a fulano, essas coisas, eu quero é ver um Brasil bom, grande, forte, defendendo os seus, dando fartura aos seus, sem precisar de pedir trigo lá na Rússia, na Argentina, nesses lugares, que nós temos capacidade para tudo isso. Vou dizer uma coisa, eu cheguei no Rio Grande do Sul há poucos anos, coisa 8 para 9 anos, e fiquei envergonhado, fiquei triste vendo o*

gaúcho parando rodeios em bicicletas no campo. O que é isso? Não é que o fazendeiro agora, se nós formos para casa a cavalo, no cavalo da fazenda, temos que pagar direito do dono do cavalo. Vi lá um gaúcho com o laço na bicicleta, ele já ia para a fazenda. Fiquei triste quando cheguei no Rio Grande do Sul e encontrei a cidade de Cachoeiro do Sul, uma cidade rica, dos antigos Leal Santos, cidade pobre, o povo no meio da rua e o povo na porta da Prefeitura pedindo comida. Cachoeira foi uma cidade rica, rica mesmo na expressão da palavra. Aquelas indústrias Leal Santos, uma das primeiras indústrias do Rio Grande do Sul, do país. Agora Porto Alegre cresceu, Rio Pardo também, cidade de centro de fronteira, cresceu pouquinho.

RICARDO C ALBIN: Seu Cândido, eu quero insistir, se me dá licença, naquilo que no início determinou a sua revolta. É uma pergunta que eu lhe fiz e que não foi bem respondida, se me permite. Se o senhor era tratado bem, se o senhor tinha uma condição de liderança, o que lhe levou a estruturar aquela revolta de 1910?

JOÃO CÂNDIDO: É porque eu era marinheiro que gozava de uma certa regalia com os oficiais e a marujada me obedecia muito, que eu sempre a bordo exercia uma função de mando, exercia uma função de mando e os marinheiros sempre queriam estar junto a mim e essas coisas e havia oficiais que tinham contato direto comigo, havia oficiais sérios que queriam saber..., oficiais até pediam instrução.

RICARDO C ALBIN: O senhor era então, benquisto pelos oficiais.

JOÃO CÂNDIDO: Pelos oficiais, por alguns, e pela marujada. Aí fui nascendo, fui crescendo, fui crescendo até que o milho deu a espiga desejada. O marinheiro gozava: João Cândido para aqui, João Cândido para ali, essas coisas. O senhor vai encontrar talvez em alguns desses livros manifestações aqui no Largo do Paço, uma velha que pedia esmolas e ninguém tinha dinheiro, eu tinha cinco mil réis no bolso e larguei na mão da velha. Na ocasião vinha chegando o meu comandante Alexandrino de Alencar, era o comandante do “Riachuelo”. Então aquilo para mim e para os demais marinheiros, aquilo foi um alento, mandou formar a tripulação ele mesmo, fizeram um grande elogio e essas coisas. Para mim foi um alento. Fui indo, fui indo, tomando vida pela Marinha, andando pelo mundo, contato com outros povos, muito viajado por todos os países da Europa...

RICARDO C ALBIN: E essa espiga de milho, quando é que nasceu o primeiro grãozinho, o que levou a produzir a espiga de milho?

JOÃO CÂNDIDO: O primeiro grãozinho foi que na organização dos comitês, já com título de comitês revolucionários. A intenção era aquela, logo que tivéssemos o elemento essencial para impormos às autoridades, a revolta teria de vir.

RICARDO C ALBIN: Mas quem organizou esses comitês?

JOÃO CÂNDIDO: Os marinheiros. Eu era um dos chefes. Os marinheiros da época.

RICARDO C ALBIN: Quais eram os outros chefes?

JOÃO CÂNDIDO: Dias Martins, que comandou mais tarde o cruzador "Bahia", Gregório do Nascimento que mais tarde comandou o encouraçado "São Paulo", André Avelino que comandou o encouraçado "Deodoro". Todos esses marinheiros, eles congregaram os marinheiros dos navios em que eles serviam e outras repartições.

RICARDO C ALBIN: Mas essa idéia de congregar marinheiros nesses comitês nasceu de onde, e por quê? Pelo processo da chibata?

JOÃO CÂNDIDO: Nasceu dos próprios marinheiros para combater os maus tratos e a má alimentação da Marinha e acabar definitivamente com a chibata na Marinha. E o caso era este. Nós que vínhamos da Europa, em contato com outras marinhas, não podíamos admitir que na Marinha do Brasil ainda o homem tirasse a camisa para ser chibateado por outro homem.

RICARDO C ALBIN: E nesses comitês, como o senhor assumiu uma liderança? Podia relatar esse processo?

JOÃO CÂNDIDO: Assumi a liderança já indicado pelos demais comitês. Houve a formação de grupos, cada grupo tinha sua função. Nós tínhamos nosso pessoal de máquina da própria revolução, nós tínhamos nosso pessoal combatente da própria revolução, que eram os próprios marinheiros, não eram oficiais não. Nós tínhamos nossos próprios marinheiros especialistas, que estudaram no inglês, lá na Inglaterra, conheciam o movimento dos novos navios a fundo, os segredos dos novos "dreadnoughts"⁶. Na época eles eram os senhores dos

⁶ *Dreadnoughts*: Nome do navio inglês similar aos encouraçados "Minas Geraes" e "São Paulo", encomendados em 1906 aos estaleiros de New Castle. Eram os navios de maior poder bélico da época. Chegaram ao Brasil no ano de 1910, cf. MOREL, Edmar - *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

mares, era Minas e São Paulo. Os marinheiros que estudaram na Inglaterra, todos eles estavam incorporados na revolução, mesmo antes dela estourar. Daí para o fim definiu-se...

RICARDO C ALBIN: Os comitês cresceram, o senhor assumiu o controle, e daí?

JOÃO CÂNDIDO: Os comitês cresceram e eu tinha o domínio total de todos eles e determinava para este ou para aquele, todos os dias ou, o mais tardar 20, 24 horas, nós tínhamos que estar em contato com todos os comitês. Quando nós podíamos reunir aqui na cidade, nós íamos para o Sumaré, reunia lá no mato.

RICARDO C ALBIN: Uma outra pergunta: a oficialidade, alguns oficiais tinham conhecimento disso?

JOÃO CÂNDIDO: Não, jamais, jamais. Porque ali ninguém queria arriscar a vida, aqueles que pertenciam à revolução, ninguém queria arriscar a vida, jamais os oficiais. Estaríamos perdidos se algum dos oficiais tivesse qualquer uma denúncia. Aliás, uma ocasião, um oficial também muito sagaz, morreu como almirante, chamara-me e me dissera: "João Cândido, vem cá. Eu hoje estou de serviço. Logo de noite você vai lá no alojamento e nós vamos conversar um bocado". À noite eu fui lá: – comandante! "Senta aí. Eu estou notando qualquer coisa entre vocês. Desconheço qualquer um fato, desconheço. Tanto que os marinheiros estão em grupinhos, em conversa, quando se aproxima um superior eles debandam, estou notando qualquer coisa. "Digo não. Desconheço tudo que haja de anormal a bordo. Ele tinha confiança. E de forma que depois da revolta, eu me encontrei com ele, porque ele assumira o comando do Batalhão Naval e o Batalhão Naval os marinheiros estavam subordinados ao Batalhão Naval (...). "João Cândido, eu não te disse uma ocasião a bordo, eu não avisei?" Ele notara em uma das torres do 'Minas Geraes', ele era muito sagaz, ele notara uma digital em uma torre do "Minas Geraes". "Eu notei qualquer coisa na torre de ré. " Eu não pertenço às torres, desconheço. Ele notara. Se os oficiais têm mesmo conhecimento antes, nós estávamos perdidos, não escapava um. Mas me diga, ficaremos com o Amazonas ou não?

HÉLIO SILVA: Devemos ficar, precisamos ficar. Se houver homens como você.

JOÃO CÂNDIDO: Lá estarei se for possível.

HÉLIO SILVA: Você provou que quando um homem quer, quando esse homem se multiplica por dois mil, nada pode vencê-lo.

JOÃO CÂNDIDO: O Amazonas hoje está pior. Eu estive em um local no Amazonas numa missão militar de demarcação sob a chefia de um coronel do Exército, oficial muito distinto, Coronel Siqueira de Menezes, depois general, marechal, governador do Sergipe, Siqueira de Menezes; na fronteira de um país, não vou dizer, deixa para lá, no lado brasileiro tinha um marco com uma folha de flandres "República dos Estados Unidos do Brasil, novembro de 1889", e do outro lado, do nosso vizinho, um forte, uma casamata, conhece o que era a casamata? ... quatro canhões e um marco com uma folha de flandres também dizia: "Por la razione o por la fuerza"(...) Quatro canhões apontando para o lado brasileiro. Certamente era o Peru, fronteira do Peru. Coronel Siqueira encontrou aqueles homens abandonados lá há dois anos, sem contato nenhum com o mundo. Trouxe a maioria deles doentes para Manaus, deixou em Manaus. De Manaus eles vieram para o Rio e daqui do Rio foram transportados pelo Pacífico para a nação deles, o Peru. Coronel Siqueira de Menezes (...) Quem duvidar os arquivos do Exército dizem. Devem de dizer, que os da Marinha são negativos, João Cândido nunca existiu na Marinha.

HÉLIO SILVA: Sobre isso é verdade? Nos arquivos da Marinha não consta absolutamente o nome de João Cândido, como se ele não tivesse existido?

JOÃO CÂNDIDO: Foi sonogado, foi sonogado mesmo.

HÉLIO SILVA: Mas pelo fato da sua exclusão ou por um outro fato?

JOÃO CÂNDIDO: Pelo fato de haver tomado a posição que tomara na revolta, pelo ódio. Muitos oficiais da Marinha não conseguiram comandar o "Minas Geraes" e eu tive o sobejo poder de dominá-lo, fazer o que ele jamais faria na baía do Rio de Janeiro. Quando eu recebi o ofício escrito que Júlio de Medeiros me entregara a bordo do "Minas Geraes" que a esquadra seria atacada pelo governo, eu não dei resposta a Júlio de Medeiros, preparei meus navios e me fiz ao mar e de lá passei um radiograma para o governo avisando que os navios estavam a 30 milhas da costa do Rio de Janeiro esperando o ataque do governo porque daquela altura nós brincávamos melhor. Esperei lá 24 horas, não apareceu ninguém, retornei à baía do Rio de Janeiro, vim me abastecer, umas 3 ou 4 vezes vinha aqui me abastecer e quando chegava à tardezinha eu fazia ao mar para descansar as tripulações.

HÉLIO SILVA: E abastecia sem maior dificuldade?

JOÃO CÂNDIDO: Sem a menor, intimava: mandem tanto açúcar, tantas toneladas de carvão, tantos quilos de carne, tantos quilos de verduras...

HÉLIO SILVA: O governo parece que teve dificuldade de preparar os destróieres, talvez não confiasse na tripulação de marujada.

JOÃO CÂNDIDO: O que faltou foi bom senso, foi coragem. Que os navios entravam à barra e saíam à hora que queriam.

HÉLIO SILVA: O forte era ocupado por tropas do Exército. Não atiraram?

JOÃO CÂNDIDO: Não senhor. Santa Cruz, o comandante dela era o coronel Santos Porto. Eu estava com a esquadra, eu estava com o `Minas" na Barra, eles vieram do Santa Cruz, do Arsenal de Guerra, e me pediram: "João Cândido, recebemos ordens do governo para atacar o navio, mas nós não temos condições para atacar"; Santos Porto, muito conhecido no Exército, trazia uma senhora ainda comparto recente na lancha e eu autorizei que retirassem todas as senhoras da Fortaleza Santa Cruz e transportassem todas as famílias para terra e os oficiais e a guarnição se quisessem também, porque, de fato, o que a Santa Cruz podia fazer ao `Minas Geraes'? Copacabana, na época, não existia e, mesmo se existisse, ia medir forças com o `Minas Gerais'?

HÉLIO SILVA: Eu perguntei a você se você tinha tomado parte em algum movimento político, a sua apreciação sobre os acontecimentos desde aquela época até agora. Houve um movimento em que você participou. Quando houve o movimento integralista você se filiou ao movimento integralista e tomou parte no desfile do Hotel Glória?

JOÃO CÂNDIDO: ... dos 150 mil homens.

HÉLIO SILVA: Esse desfile tinha um grande número de marinheiros e um grande número de oficiais de Marinha. Neste momento como era recebida a sua participação pela Marinha? Os outros marinheiros e oficiais integralistas como trataram você nessa ocasião?

JOÃO CÂNDIDO: Me trataram como um superchefe, as mesmas regalias que...

HÉLIO SILVA: E depois que o movimento integralista esmoreceu, diminuiu, depois de 38, a oficialidade da Marinha, grande número deles, tendo tomado parte no movimento, mudou a atitude que tinha anteriormente de reserva quanto a você ou voltou à atitude anterior de reserva que tinha quanto a você?

JOÃO CÂNDIDO: Ficaram na estaca zero.

HÉLIO SILVA: E a marujada daquele tempo, de antes e de agora? Você continua sendo um símbolo da marujada brasileira? Você tem a impressão que os marujos do Brasil ainda consideram você a expressão da sua dignidade?

JOÃO CÂNDIDO: Eles agora estão um pouco temerosos. Porém, há dois anos, no meu aniversário, tive em minha casa seguramente uns 500 marinheiros.

HÉLIO SILVA: Houve uma ocasião que prepararam um busto seu, esse busto deveria ter sido inaugurado em Porto Alegre, no seu Estado natal. Você podia nos contar a história desse busto, por que esse busto não foi inaugurado?

JOÃO CÂNDIDO: Esse busto não foi inaugurado, certamente porque houve oposição dos oficiais da Marinha que serviam nos cargos navais em Rio Pardo e também da oficialidade do Terceiro Exército, que eu tive conhecimento disso. O chefe está aqui, o deputado Carlos Santos. Esse crioulo é muito distinto. Hoje é presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

RICARDO C ALBIN: João Cândido está mostrando uma fotografia tirada em Porto Alegre.

JOÃO CÂNDIDO: ... deputado há mais de 30 anos na Assembléia, presidente da Assembléia atual, advogado, professor, catedrático e metalúrgico. Foi tirado da oficina metalúrgica para ser deputado...

HÉLIO SILVA: Esse busto chegou a ser fundido?

JOÃO CÂNDIDO: O busto está fundido, guardado em Porto Alegre.

HÉLIO SILVA: E a maquete?

JOÃO CÂNDIDO: Aqui temos outra também, na Câmara.

HÉLIO SILVA: Houve uma sessão nessa Câmara em que você foi homenageado?

JOÃO CÂNDIDO: Fui homenageado numa sessão extraordinária, para que fosse recebido o grande visitante, o herói gaúcho. Aqui num almoço em Porto Alegre, sendo condecorado com o brasão do município de Rio Pardo.

HÉLIO SILVA: Quando você esteve em Porto Alegre?

JOÃO CÂNDIDO: Em 58, nos fins de 58. (...) comissões que me acompanharam, aqui é o prefeito da cidade de Rio Pardo, o presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo, o juiz, o jornalista; aqui eu recebendo o gesso no museu.

RICARDO C ALBIN: E todas essas fotografias que estão sendo mostradas agora foram tiradas em 1958, em sua última viagem ao seu Rio Grande.

JOÃO CÂNDIDO: Em 1959, em Rio Pardo. Eu tinha muita vontade agora de fazer uma visita ao Rio Grande do Sul, agora não, unicamente para ver se dava um jeitinho nessa pensão que eu ainda não sei se alcançarei o ano que vem, mas tenho a mulher que precisa de comer.

RICARDO C ALBIN: A sua mulher ainda é viva? A mãe de todos os seus filhos?

JOÃO CÂNDIDO: É viva, é viva e é moça, 66 anos. Esta é a quarta. Não é a mãe dos meus filhos. Este é o caçula da família, está com 30.

HÉLIO SILVA: Você era solteiro em 1910? Sua família era a Marinha?

JOÃO CÂNDIDO: Era solteiro e minha família era a Marinha.

RICARDO C ALBIN: Seus filhos, os marinheiros?

HÉLIO SILVA: Seus filhos e seus irmãos, e continuam a ser até hoje.

JOÃO CÂNDIDO: Hoje não. Cheguei aqui ao Rio de Janeiro sozinho, a 5 de dezembro de 1895. Hoje estou com uma família constituída de mais de 80 pessoas. Quero dizer que daqui para o ano 2000 e para adiante ainda vai ter João Cândido.

HÉLIO SILVA: Você chegará certamente até os 90 anos, possivelmente aos 100 anos, mas qualquer que seja a idade que você atinja, você é um homem que se realizou, você é um homem que deixa uma atitude ligada a um acontecimento que ninguém poderá esquecer. Você acabou com a chibata, acabou com o castigo físico aviltante, você continua a acreditar que o homem nasceu para se libertar, que a vida do homem deve ser uma libertação.

Portanto, você é contra toda e qualquer forma de escravidão, contra toda e qualquer forma de sujeição do homem pelo homem. Você nunca foi chicoteado?

JOÃO CÂNDIDO: Não senhor.

HÉLIO SILVA: Mas a carne dos outros doía como se fosse a sua própria carne. Você era um homem e era solidário com a humanidade.

JOÃO CÂNDIDO: Deforma que eu quero que saliente que eu agradeço imensamente essa gloriosa cidade, São Sebastião, minha cidade mátria.

HÉLIO SILVA: Para mim foi uma honra ouvi-lo e entrevistá-lo. Sou um estudioso de história, conhecia a sua vida, a sua legenda. É uma grande honra para mim que eu tivesse proporcionado esse depoimento.

JOÃO CÂNDIDO: Sou tricentenário do Rio de Janeiro, ainda falta muita coisa afazer...

RICARDO C ALBIN: João Cândido, neste final de depoimento nós...; eu me permitiria lhe pedir uma mensagem de futuro para este país em cuja história você é tão infinitamente marcado.

JOÃO CÂNDIDO: É preciso que trabalhem muito, que haja muita união, parte comparte. Desapareçam as paixões, os espíritos de vinganças que hão de virou virão, é preciso que estejamos unidos para o futuro. Eu não, que estou no fim da vida, mas a rapaziada, a mocidade, os jovens de hoje. É preciso compreenderem que o Brasil não é só o Rio de Janeiro, o Brasil é dois mundos, é preciso trabalharmos para poder salvar, de futuro, a dignidade do Brasil.

É preciso muito trabalho, muita união, muito carinho, muito espírito de mãos dadas e isso está em vossas mãos. Os moços, os jovens estão com o poder. Os jovens hoje têm mais poder do que o Exército. O que falta é crânio, é orientação, seguir uma orientação limpa, distinta, correta. Não é cabelo, não é essas coisas. Uma coisa que eu li, Fidel Castro instituiu a pena de morte para os playboys, calcinha apertada, sapato lustroso: pelotão, sem processo. Quer que todos trabalhem porque Cuba está um pouco apertadinha, sabe? E se o filho dele não andar direito, vai cair breve, breve, breve. O senhor conhece a história de Cuba, assim como eu? O senhor é novo, não conhece a história de Cuba dos espanhóis, para entregar aos americanos. Foi um Vietnã de poucos dias. O Brasil tem

culpa naquilo, ajudou a tomar Cuba de seus donos espanhóis, para hoje vemos o papel que estamos vendo. O Brasil sempre teve bons amigos. Teve Hitler, um grande amigo do Brasil, não foi? Era um grande amigo do Brasil, de Getúlio. Tivemos Mussolini, um grande amigo de Getúlio no Brasil. Tivemos sargento Batista, um grande amigo do Brasil e do falecido Getúlio Vargas. A mocidade consciente deste Brasil, que tomem conta deste Brasil, mas com segurança, para trabalhar, que, do contrário, teremos aqui um segundo Vietnã...

RICARDO C ALBIN: Então eu perguntaria ao Dr. Hélio Silva se mais alguma pergunta ou mais alguma coisa que queira dizer para que consideremos encerrado o depoimento.

HÉLIO SILVA: Eu acho que foi um depoimento magnífico pela sua autenticidade, porque nós vimos um homem que, aos 88 anos de idade, conserva a sua coerência com o princípio de liberdade e que termina ele, o velho, fazendo uma evocação aos moços. Realmente são os moços, nos dias de hoje e em todos os dias de nossa vida, que têm de tomar conta. Ele era um moço e como moço chefiou uma revolta. Por quê? Porque os velhos daquele tempo estavam errados, tinham fracassado. Também são os moços de hoje que têm de tomar conta do governo, que têm de tomar conta do mundo, porque nós, mais velhos, estamos legando a eles um mundo em que nós vemos no horizonte a ameaça de guerra, de um Vietnã, como ele disse. Acho que foi um depoimento memorável e que essa evocação final dele é como um legado, o homem que acabou com a chibata entrega a flâmula da liberdade aos moços de hoje.

JOÃO CÂNDIDO: *Mas com sinceridade, sinceridade e poder para trabalhar por este Brasil de amanhã.*

RICARDO C ALBIN: Então consideramos encerrado o depoimento de João Cândido aos 30 minutos passados das 14 horas desta mesma tarde.

JOÃO CÂNDIDO: *Queiram desculpar não ter podido usar de melhores expressões.*

RICARDO C ALBIN: Foi excelente, João Cândido. Está encerrado o seu depoimento.

A POESIA

Os compositores João Bosco e Aldir Blanc registraram no cancionário popular brasileiro uma música em homenagem ao “*Almirante Negro*”. Mas tiveram que enfrentar sérios problemas com a censura, nos governos militares. A seguir a homenagem nas duas letras. Como a história oficial queria e, como, enfim, ficará na memória musical do País:

O Mestre-Sala dos Mares

João Bosco e Aldir Blanc

Letra Composta	Letra Censurada
<p>Há muito tempo nas águas da Guanabara O dragão do mar reapareceu Na figura de um bravo marinheiro A quem a história não esqueceu Conhecido como almirante negro Tinha a dignidade de um mestre sala E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas Foi saudado no porto Pelas mocinhas francesas Jovens polacas e por batalhões de mulatas</p> <p>Rubras cascatas Jorravam das costas dos negros Entre cantos e chibatatas Inundando o coração Do pessoal do porão Que a exemplo do marinheiro gritava, então:</p> <p>Glória aos piratas, às mulatas, às sereias, Glória à farofa, à cachaça, às baleias, Glória a todas as lutas inglórias Que através da nossa História Não esqueçamos jamais</p> <p>Salve o almirante negro Que tem por monumento As pedras pisadas do cais</p> <p>(Mas, salve...)</p> <p>Salve o almirante negro Que tem por monumento As pedras pisadas do cais</p>	<p>Há muito tempo nas águas da Guanabara O dragão do mar reapareceu Na figura de um bravo feiticeiro A quem a historia não esqueceu Conhecido como navegante negro Tinha a dignidade ele um mestre-sala E ao acenar pelo mar, na alegria das regatas Foi saudado no porto Pelas mocinhas francesas Jovens polacas e por batalhões de mulatas</p> <p>Rubras cascatas Jorravam das cosias dos santos Entre cantos e chibatatas Inundando o coração Do pessoal do porco Que a exemplo do feiticeiro gritava, então:</p> <p>Glória aos piratas, às mulatas, às sereias, Glória à farofa, à cachaça, às baleias, Glória a todas as lutas inglórias Que através da nossa História Não esqueçamos jamais</p> <p>Salve o navegante negro Que tem por monumento As pedras pisadas do cais</p> <p>(Mas, salve...)</p> <p>Salve o navegante negro Que tem por monumento As pedras pisadas do cais</p>

FINALMENTE, A ANISTIA *POST MORTEM*

Em 2008, julho, os jornais noticiavam a concessão de anistia *post mortem* ao marinheiro João Cândido, que prestou um incompreendido histórico serviço à Marinha do Brasil, e à imagem de todo o país.

O jornal “O Globo”, do Rio de Janeiro, assim registrou o evento tardio:

Homenagem

Lula sanciona anistia a líder da Revolta da Chibata

Publicada em 23/07/2008.

RIO - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira a anistia póstuma a João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata. A anistia foi proposta em 2002, pela senadora Marina Silva (PT-AC).

O ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, vai se reunir com o prefeito Cesar Maia em agosto para discutir a instalação de uma estátua em homenagem ao líder na Praça 15, no Rio. A idéia é que a inauguração do monumento ocorra em 20 de novembro, dia de Zumbi dos Palmares. O presidente Lula prometeu dar o nome de João Cândido a um navio da Marinha brasileira.

O ministro destacou que é essa é uma homenagem a um importante herói negro do país.

No dia 22 de novembro de 1919, João Cândido liderou, na Baía de Guanaba, um levante a bordo dos principais navios da Marinha brasileira. O movimento, que ficou conhecido como Revolta da Chibata, foi uma reação aos maus-tratos e castigos físicos que eram impostos pelos oficiais aos marinheiros - em sua maioria negros punidos por indisciplina. O levante ocorre depois de o marinheiro negro Marcelino Rodrigues sofrer 250 chibatadas.

O uso da chibata era uma herança do período da escravidão, abolida em 13 de maio de 1888 pela Lei Áurea. Mas os oficiais da Marinha continuavam aplicando as chibatadas como punição, no convés dos navios, para que toda tripulação assistisse a humilhação imposta aos companheiros.

João Cândido ficou conhecido como Almirante Negro e a música " O mestre-sala dos mares", de João Bosco e Aldir Blanc, imortalizou sua luta. A revolta conseguiu acabar com o uso da chibata, mas João Cândido foi preso e expulso da Marinha, sem qualquer direito, de patente, de aposentadoria. Passou o resto de sua vida trabalhando como vendedor no Entrepasto de Peixes da cidade do Rio.

Além de João Cândido, os demais participantes do movimento, também foram anistiados. Segundo o projeto, isso produz efeitos em relação a promoções que teriam direito

os anistiados, se tivessem permanecido em serviço ativo, bem como em relação ao benefício da pensão por morte⁷.

⁷ A repercussão financeira que teria a Lei de Anistia, dos revoltosos, foi vetada pelo presidente da República, sob a alegação de que seria vultoso indenizar sucessores de João Cândido e demais.